

Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração



mills

24 de abril de 2026

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	4
QUEM SOMOS	6
NOSSOS VALORES	7
CONVITE	8
INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS	9
ESCLARECIMENTOS DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS	12
ANEXO 1 - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia	
ANEXO 2 - Proposta de Destinação do Lucro Líquido	
ANEXO 3 – Informações dos Candidatos ao Conselho de Administração	
ANEXO 4 – Informações dos Candidatos ao Conselho Fiscal	
ANEXO 5 – Informações sobre a Remuneração dos Administradores	
ANEXO 6 – Comparativo do Estatuto Social	
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	
REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	



INTRODUÇÃO

Prezados acionistas,

É com muito prazer que os convidamos a participar da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), convocada para o dia 24 de abril de 2026, às 11h. As nossas assembleias têm contado com a participação ativa dos acionistas e, por isso, seu voto é de extrema importância.

A fim de disponibilizar de maneira clara e objetiva as informações necessárias para que os acionistas participem da AGO e exerçam seu direito de voto de maneira devidamente informada, a Administração da Companhia preparou o presente documento, contendo (i) as orientações e procedimentos que devem ser observados pelos acionistas para a participação nas assembleias; e (ii) as informações e documentos relativos às matérias a serem deliberadas, bem como a proposta da administração para cada uma delas.

A elaboração destes documentos está alinhada à nossa cultura de melhoria contínua de nossas práticas de governança corporativa, incluindo a qualidade e facilidade das informações prestadas aos nossos acionistas.

Esclarecemos, por fim, que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes se encontram disponíveis nos websites da companhia (ri.mills.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), e publicados no jornal “Monitor Mercantil” SP no dia 20 de março de 2026, na forma prevista no art. 289 da Lei n.º 6.404/76, alterada pela Lei n.º 13.818/19.

Sua participação é muito importante para a Mills. Contamos com a sua presença.

São Paulo, 24 de março de 2026.

Roberto Pedote
Co-Presidente do Conselho
de Administração

Sérgio Kariya
Diretor Presidente



MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE



Encerramos 2025 com desempenho operacional consistente em todas as linhas de negócio. Avançamos em receita, expandimos o EBITDA e mantivemos elevada conversão de resultados em caixa, evidenciando a qualidade dos nossos ativos e a solidez do modelo operacional. Ao longo do ano, crescemos com rentabilidade, preservando disciplina de custos e mantendo foco no retorno sobre o capital investido. A geração de caixa foi um dos principais destaques do período. A conversão de EBITDA em fluxo de caixa operacional ajustado atingiu 87% no ano, reforçando a resiliência do negócio e a forte capacidade de conversão de resultados em liquidez. Essa performance contribuiu para a redução do risco financeiro, o alongamento do perfil da dívida e a otimização da nossa estrutura de capital, mantendo a

alavancagem em níveis confortáveis e plenamente alinhados à estratégia de longo prazo. Permanecemos rigorosos na alocação de capital: o pré-pagamento da 7ª emissão de debêntures, realizado em dezembro, contribuiu para a redução do custo financeiro e ampliou a flexibilidade para sustentar o crescimento com qualidade.

No eixo de crescimento, seguimos avançando de forma qualificada e seletiva. A integração da Next Rental exemplifica nossa estratégia de consolidação, baseada em ativos premium, complementaridade de portfólio e captura de sinergias operacionais e comerciais. Já observamos avanços na captura dessas sinergias, com fortalecimento de iniciativas de cross-sell e upsell, crescimento da base de contratos de longo prazo e aprofundamento do relacionamento com clientes estratégicos, reforçando nossa visão de atuar como uma companhia one-stop-shop, com soluções completas para nossos clientes.

Ao longo do ano, também avançamos de maneira relevante em eficiência operacional, com destaque para o segmento de Leves. A agenda de produtividade, gestão de frota e peças, aliada à racionalização de despesas, resultou em diluição de custos e melhora estrutural de margens, fortalecendo a base para um crescimento sustentável nos próximos ciclos. Mantivemos ainda um compromisso claro com a geração de valor ao acionista. Em 2025, anunciamos a distribuição de aproximadamente 85% do lucro líquido, equilibrando remuneração aos investidores com reinvestimentos em CapEx voltados ao crescimento, eficiência e competitividade. Esse equilíbrio segue como pilar central da nossa gestão financeira.

Para 2026, a Companhia manterá foco na execução disciplinada e na captura contínua de eficiências operacionais. Entre as principais frentes estratégicas, destacam-se a aceleração das soluções de rebuild e extensão da vida útil de equipamentos, bem como a continuidade das iniciativas voltadas à otimização do custo de peças e ao aumento da produtividade da frota. Adicionalmente, seguiremos avaliando oportunidades estratégicas de aquisições, ao mesmo tempo em que avançamos na conclusão da integração da Next, possibilitando acelerar a expansão em Linha Amarela e Intralogística. A estratégia também contempla a continuidade da expansão de contratos de longo prazo, a priorização de setores mais resilientes da economia e a gestão rigorosa de CapEx



e capital de giro. Seguimos igualmente comprometidos em ampliar nossa presença nos mercados em que atuamos, fortalecendo o cross-sell entre unidades de negócio e a penetração da locação como solução estrutural para nossos clientes. Nesse contexto, continuaremos investindo na expansão seletiva da frota, na qualidade dos serviços prestados e no fortalecimento da digitalização da plataforma comercial, com foco na captura de novas oportunidades de mercado e no aumento da recorrência das receitas.

Agradecemos aos acionistas, colaboradores, parceiros e clientes pela confiança e apoio contínuos. Mesmo diante de um ambiente de menor ritmo de investimentos, iniciamos 2026 bem posicionados para seguir executando nossa estratégia e entregando resultados de forma sustentável e consistente.

São Paulo, 24 de março de 2026.

Sérgio Kariya
Diretor Presidente



QUEM SOMOS



A Mills possui um modelo transformador de negócio que, há mais de 70 anos, se caracteriza por relacionamentos sólidos, forte investimento em tecnologia e crescimento sustentável.

Pioneira e líder no mercado de locação de plataformas elevatórias e construções de alta complexidade no Brasil, a Mills investe continuamente para ser o melhor parceiro de serviços de locação e venda de máquinas leves (principalmente plataformas elevatórias), máquinas pesadas (linha amarela e caminhões implementados), intralogística (empilhadeiras) e outros equipamentos profissionais.

Acreditamos numa sociedade mais colaborativa, por meio de ações e iniciativas que transformam não apenas o nosso modelo de negócio, mas também o mundo ao nosso redor. Somos feitos de pessoas e para pessoas.

Entregamos a melhor experiência para os nossos clientes, trabalhando o impacto que temos no meio ambiente e a responsabilidade de levar segurança para os colaboradores e operadores. Com todo esse legado e história, mantemos o compromisso de ser uma empresa ética, transparente e confiável.

Trabalhamos desde nossa fundação para ser uma empresa líder, confiável e transparente, que assume responsabilidade na construção de uma sociedade mais humana e justa.





NOSSOS VALORES



ESTAMOS SEMPRE PRESENTES

Nos envolvemos e conhecemos bem o negócio dos nossos clientes para garantir a melhor tomada de decisão.



TRABALHAMOS JUNTOS

Nós podemos chegar mais longe quando trabalhamos em conjunto, por isso, a Mills te acompanha em todas as necessidades.



CUMPRIMOS NOSSAS PROMESSAS

Confiança e compromisso são a base de qualquer relação. Portanto, nos comprometemos com a experiência do cliente, com as nossas entregas e a excelência dos resultados.



LIDERAMOS MUDANÇAS

Somos empreendedores e temos o pioneirismo como nossa principal característica: com entusiasmo e coragem, nos reinventamos para liderar mudanças do nosso setor.



TEMOS COMPROMISSOS COM O FUTURO

Sabemos que a nossa prosperidade vem do compromisso em gerar valor de forma sustentável.



CONVITE

**DATA E HORÁRIO:**

24/04/2026 às 11h00

**LOCAL PARA PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL:**

Avenida Eusébio Matoso, 1375, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP 05424-160, 11º Andar.

**MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS:****Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):**

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
3. Fixar o número de membros do Conselho de Administração;
4. Eleger os membros do Conselho de Administração e definir os dois Co-Presidentes;
5. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal;
6. Eleger os membros do Conselho Fiscal, se instalado; e
7. Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026.

QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

A instalação da AGO se dará com a presença de acionistas (ou seus representantes) titulares de ações que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações votantes do capital social da Companhia.



INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) de duas formas: (i) por meio do voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81, 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM n.º 81”); ou (ii) por meio presença na assembleia, no endereço, dia e horário marcado para a realização da Assembleia, conforme a seguir detalhado:

1. Participação por Boletim de Voto à Distância

Os acionistas da Mills poderão exercer o voto nas Assembleias por meio de voto a distância, a ser formalizado em um documento eletrônico denominado Boletim de Voto a Distância (“BVD Digital”), cujo modelos estão disponíveis nos websites da Companhia (ri.mills.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br).

O acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância por meio do BVD Digital deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

1.1 Envio do Boletim por Agente de Custódia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização das Assembleias, salvo se prazo inferior for estabelecido pelo agente de custódia. Para tanto, o acionista deverá entrar em contato com seu agente de custódia para verificar os procedimentos específicos para emissão das instruções de voto via BVD Digital, bem como os documentos e informações exigidos.

Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição: (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

1.2 Envio do Boletim pelo Banco Escriturador da Companhia:

O acionista detentor de ações depositadas na BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM (Escriturador). Os acionistas que possuem e-mail cadastrado com o escriturador, irão receber um convite para votarem na assembleia via link. Caso o acionista não receba, ele terá que entrar em contato pelo e-mail escrituracao.acao@btgpactual.com e solicitar atualização de seu cadastro e o passo a passo para votar.



1.3 Cadastro de BVD Digital na Plataforma Digital

O acionista deverá acessar o endereço eletrônico através da plataforma disponibilizada pela Companhia, no seguinte link: <https://assembleia.ten.com.br/295124243> e cadastrar na Plataforma Digital, indicando que deseja participar “via Boletim de Voto à Distância”, com as documentações necessárias elencadas abaixo:

- **Pessoas físicas**: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do acionista;
- **Pessoas jurídicas**: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal e último estatuto/contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
- **Fundos de investimentos**: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto/contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

Após o cadastro o acionista deverá preencher os campos de opções de voto na guia “ASSEMBLEIA” e confirmar o seu voto. A confirmação de voto no BVD Digital deverá ser feita até o dia **20 de abril de 2026**, inclusive.

Nos termos da Resolução CVM n.º 81, a Companhia comunicará aos acionistas, em até 3 (três) dias contados do recebimento dos documentos acima indicados, sobre a necessidade de retificação ou reenvio dos boletins de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Caso haja necessidade de retificação ou reenvio do BVD Digital e/ou dos documentos que o acompanham pelos acionistas, a retificação ou reenvio deverão ser feitos até **20 de abril de 2026**, inclusive. Ainda, o prazo para cadastro na plataforma para participação presencial será até o início da AGO.

Não serão considerados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o BVD Digital e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) sem observância dos prazos e das formalidades de envio indicados acima.

2. Participação presencial na Assembleia.

O acionista deverá se dirigir ao local da assembleia, a saber: Avenida Eusébio Matoso, 1375, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP 05424-160, 11º andar, com as documentações necessárias elencadas abaixo:



- Pessoas físicas: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do acionista;
- Pessoas jurídicas: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal e último estatuto/contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
- Fundos de investimentos: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto/contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

Com a documentação em mãos, o acionista será liberado para a participação na assembleia. Ainda, o acionista que desejar participar da Assembleia Ordinária presencialmente e antecipar seus votos deverá (a) entrar no endereço eletrônico da Assembleia (<https://assembleia.ten.com.br/295124243>); (b) criar um cadastro com login e senha único, indicando a "Participação" como "Ao vivo"; (c) anexar as documentações necessárias; (d) ir na guia "Assembleia"; e (e) marcar os votos e confirmar.



ESCLARECIMENTOS DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

Em Assembleia Geral Ordinária

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

A Administração submete à aprovação dos seus acionistas as contas dos administradores, conforme as informações contidas no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras, nos Pareceres do Conselho Fiscal e no Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes se encontram disponíveis nos websites da companhia (ri.mills.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), e suas versões foram publicadas no jornal “Monitor Mercantil” em 20 de março de 2025, na forma prevista no art. 289 da Lei n.º 6.404/76, alterada pela Lei nº 13.818/19.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 2 do Formulário de Referência, constam do Anexo 1 que segue com esta proposta.

Adicionalmente, se encontram disponíveis para análise, nos websites da companhia (ri.mills.com.br) da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), os seguintes documentos:

- (i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (iii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
- (iv) Relatório dos Auditores Independentes; e
- (v) Parecer do Conselho Fiscal.

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, que compreenderá a ratificação do montante de proventos distribuídos.

Conforme opinião favorável do Conselho Fiscal, e nos termos detalhados no Anexo 2, elaborado em conformidade com o artigo 10º, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM n.º 81, a administração propõe a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“Exercício 2025”), no montante total de R\$300.845.531,04 (trezentos milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e trinta e um reais e quatro centavos) nos seguintes termos:



- a) para a conta de reserva legal, o montante total de R\$15.042.276,55 (quinze milhões, quarenta e dois mil e duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 5% do lucro líquido da Companhia relativo ao Exercício de 2025, observado o limite previsto na Lei 6.404/76 para a constituição da Reserva Legal, que é limitada a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) para a distribuição de proventos mínimos obrigatórios do Exercício 2025, o montante total de R\$255.112.132,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e doze mil e cento e trinta e dois reais), compreendendo: (i) a ratificação de juros sobre capital próprio já declarados nos meses de abril, agosto e novembro, no valor total bruto de R\$105.112.132,00 (cento e cinco milhões, cento e doze mil e cento e trinta e dois reais) e (ii) a ratificação de pagamento de dividendos já declarados no mês de dezembro, no valor total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);
- c) para destinação saldo remanescente, no montante R\$30.691.122,48 (trinta milhões, seiscentos e noventa e um mil, cento e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos) para a reserva de lucros.

3. Fixar o número de membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 14 do Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos, acionistas ou não.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, processo de voto múltiplo ou voto separado. Como os referidos procedimentos de votação podem impactar na fixação do número de membros do conselho, para melhor compreensão da dinâmica da eleição dos membros do Conselho de Administração, detalhamos a seguir os seus respectivos funcionamentos. Ao final, apresentamos a recomendação da administração quanto ao número de assentos a serem fixados para o próximo mandato do Conselho de Administração da Companhia.

Votação Majoritária.

O procedimento padrão para a eleição dos membros do Conselho de Administração é a votação majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 (um) voto a seu titular. Para permitir a maior participação dos acionistas, o presidente da Assembleia colocará em votação o nome de cada candidato ao Conselho de Administração indicado pelo acionista controlador ou pelos acionistas minoritários da companhia.

O artigo 129 da Lei das S.A. prevê que as deliberações da Assembleia são tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Nesse caso, para que um candidato seja considerado eleito, ele precisa receber mais da metade dos votos válidos proferidos em tal eleição. O presidente da mesa da Assembleia colocará em votação os candidatos, considerando se eleitos os candidatos que receberem a maior quantidade de votos, desconsideradas as abstenções e votos contrários.

Voto Múltiplo.



Trata-se de procedimento de eleição por meio do qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. O percentual mínimo do capital votante para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) das ações do capital votante, de acordo com a Instrução CVM nº 165/22. Nos termos do artigo 141, §1º, da Lei das S.A., a requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo deverá ser realizada pelos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia.

Eleição em Separado.

Além da utilização do processo de voto múltiplo, a Lei das S.A. garante o direito de exigir a realização de uma votação em separado para eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração aos seguintes grupos de acionistas:

- (i) minoritários titulares de ações ordinárias presentes na Assembleia que representem, individualmente ou em conjunto, pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social com direito a voto; e
- (ii) acionistas titulares de ações preferenciais com voto restrito presentes na Assembleia que representem, individual ou conjuntamente, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total.

Ressaltamos que, conforme a decisão da CVM no Processo CVM RJ2005/5664, julgado em 11 de abril de 2006, determinando que, na companhia emissora apenas de ações com direito a voto terão direito de eleger e destituir 01 (um) membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia, excluído o acionista controlador, a maioria dos acionistas titulares de, pelo menos, 10% (dez por cento) do total de ações com direito a voto. Como a Companhia possui somente ações ordinárias emitidas, a referida decisão da CVM deve ser observada na eleição do seu Conselho de Administração.

Desse modo, poderão eleger e destituir um membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia, excluído o acionista controlador, a maioria dos acionistas titulares de, pelo menos, 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia. Caso a eleição em separado seja realizada e nela concorra um dos candidatos originalmente indicados para concorrer na eleição majoritária, todos os votos a ele conferidos via boletim de voto a distância (item 4 do boletim), por acionistas que tenham requerido a eleição em separado (item 5 do boletim), serão considerados válidos e computados em favor de tal candidato na eleição em separado. Ressalta-se que, nos termos do artigo 141, § 6º da Lei das S.A., somente poderão exercer o direito a requerer e participar da votação em separado os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de Assembleia.

Portanto, o acionista que desejar requerer a adoção da eleição em separado de membro do Conselho de Administração, na forma do artigo 141, § 6º da Lei das S.A., tanto em caso de participação virtual nas Assembleias, quanto por meio de boletim de voto a distância, deverá enviar à Companhia, através do link <https://assembleia.ten.com.br/295124243>. O comprovante da titularidade ininterrupta da participação acionária, emitido pela entidade competente não antes de 20 de abril de 2026, sendo certo que tal comprovação somente será considerada válida se recebida no link acima informado até as 11 horas do dia 22 abril de 2026.



Número de membros do Conselho de Administração proposto.

A proposta da Administração é de que o número de membros do Conselho de Administração seja de 08 (oito) membros. A Companhia entende que a proposta de manter o número de membros do Conselho de Administração está de acordo com os preceitos de governança corporativa seguidos atualmente.

4. Eleger os membros do Conselho de Administração e definir os dois Co-Presidentes

Candidatos propostos pela Administração Em consonância com o Estatuto Social, a proposta conjunta do Conselho de Administração é de reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração em exercício, conforme informações detalhadas no Anexo 3. Para melhor visualização, a seguir são apresentados maiores detalhes sobre a atual composição do Conselho de Administração e a participação de cada conselheiro nos comitês de assessoramento.

Nome	Classe	Data da primeira eleição	Comitês de Assessoramento	
			Gente, Gestão e Sustentabilidade	Auditoria, Finanças e Riscos
Francisca Kjellerup Nacht	Co-Presidente	25/04/2014	✓	✓
Roberto Pedote	Co-Presidente	28/04/2016	✓	✓
Marise Ribeiro Barroso	Conselheira	03/08/2020	✓	
Eduardo Luiz Wurzmann	Conselheiro	26/04/2018		✓*
Sebastian Agustin Villa	Conselheiro	03/01/2022		✓
Juan Jorge Eduardo Oxenford	Conselheiro	10/05/2019		✓
Christian Orga Orglmeister	Independente	03/11/2025	✓*	
Pedro Henrique Chermont de Miranda	Independente	16/11/2021		✓

* Coordenador

Os Conselheiros Christian Orga Orglmeister e Pedro Henrique Chermont de Miranda se declaram independentes por meio de documentos entregue à Companhia, de acordo com os critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. O Conselho de Administração da Companhia, após a análise e recomendação do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade, avaliou as indicações e confirmou que (i) todos os candidatos aderem às regras e parâmetros contidos na Política de Indicação e Remuneração dos Administradores, aprovada em 15 de março de 2022 (“Política de Indicação”); e (ii) todos os candidatos a cargos de conselheiro



independente se enquadram nos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado e na referida Política de Indicação.

4. Eleger os membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal funciona em caráter não permanente, com mandato que se encerra na Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, nos termos do Estatuto Social e do §5º do artigo 161 da Lei das S.A.. Contudo, acionistas minoritários representando mais de 2% das ações com direito a voto, informaram à Companhia que desejam solicitar na Assembleia a instalação do Conselho Fiscal novamente, com funcionamento até a assembleia geral ordinária que examinar e votar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

5. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal funciona em caráter não permanente, com mandato que se encerra na Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, nos termos do Estatuto Social e do §5º do artigo 161 da Lei das S.A..

6. Eleger os membros do Conselho Fiscal

A Administração da Companhia propõe que sejam eleitos, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2026 em chapa única os membros listados abaixo, cujas informações detalhadas se encontram no Anexo 4, na forma do artigo 11 da Resolução CVM n.º 81.

Candidato	Cargo
Rubens Branco da Silva	Membro Titular do Conselho Fiscal
Daniel Oliveira Branco Silva	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Rodrigo Fagundes Rangel	Membro Titular do Conselho Fiscal
Henry Stanley de Oliveira Carpenter	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Patrícia Valente Stierli	Membro Titular do Conselho Fiscal
Patrícia Diniz de Paiva	Membro Suplente do Conselho Fiscal

A Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral Ordinária remuneração global dos membros do Conselho Fiscal eleitos no valor de 10% da remuneração média da diretoria estatutária, nos termos do art. 162, §3º, da Lei n.º 6.404/76.

Ainda, o Conselho de Administração da Companhia, após a análise e recomendação do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade, avaliou as indicações e confirmou que (i) todos os candidatos aderem às regras e parâmetros contidos na Política de Indicação; e (ii) todos os candidatos a cargos de conselheiro independente se enquadram nos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado e na referida Política de Indicação e Remuneração.

7. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025



Para o exercício social de 2026 a Administração da Companhia propõe à Assembleia a aprovação da remuneração global de até R\$46.300.269,00 (quarenta e seis milhões, trezentos mil, duzentos e sessenta e nove reais)

Este montante, que não será necessariamente despendido em sua totalidade, será alocado pelo Conselho de Administração entre os Diretores, os membros do Conselho de Administração e os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração.

A Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral Ordinária remuneração global dos membros do Conselho Fiscal eleitos no valor de 10% da remuneração média da diretoria estatutária, nos termos do art. 162, §3º, da Lei nº 6.404/76.

Segue abaixo a tabela comparativa do valor aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2025 e o valor efetivamente realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2026.

Comparação entre os valores propostos no exercício social anterior e os valores realizados:

Valores 2025 Aprovados	Valores 2025 Realizados	Diferença	Motivos
45.417.461,13	44.750.111,58	(667.349,55)	Os valores propostos para fins de orçamento consideraram um cap para pagamento de remuneração variável de curto prazo (ICP/PLR) abaixo das metas atingidas realizadas.

Comparação da remuneração proposta com a remuneração proposta do exercício anterior e do item 8 do Formulário de Referência da Companhia:

Valores 2025 Aprovados	Valores 2026 Propostos	Diferença	Motivos
45.417.461,13	46.300.269,00	882.807,87	Os valores propostos para fins de orçamento consideraram um cap para pagamento de remuneração variável de curto prazo (ICP/PLR) abaixo das metas atingidas realizadas.

Em atendimento ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM n.º 81, o Anexo 5 à presente proposta contém as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência.



ANEXO 1 – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações financeiras constantes neste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso website de Relações com Investidores (ri.mills.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

Os termos “AH” e “AV”, constantes das colunas de determinadas tabelas no item 2, em geral, significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a nossa estrutura financeira e patrimonial nos períodos indicados abaixo:

R\$ Milhões	Em 31 de dezembro		Análise Horizontal
	2025	2024	2025 vs 2024
Patrimônio Líquido (ex-não controladores)	1.574,6	1.519,2	4%
Imobilizado	2.237,5	1.855,3	21%
Ativo Circulante	1.354,5	1.533,0	-12%
Caixa e equivalentes de caixa	590,2	768,8	-23%
Depósitos bancários vinculados	0,0	24,5	-100%
Contas a Receber	490,7	403,6	22%
Passivo Circulante	617,0	654,6	-6%
Dívida Bruta	1.775,6	1.780,1	0%
Dívida Líquida	1.185,4	986,8	20%
EBITDA Ajustado LTM*	898,4	741,6	21%
Dívida líquida / Ebitda Ajustado LTM*	1,33	1,37	-0,04x
Índice de Liquidez Corrente (i)	2,20	2,34	-0,15x
Índice de Liquidez Imediata (ii)	0,96	1,17	-0,22x
Índice de Liquidez Seca (iii)	1,75	1,79	-0,04x

(i) A Liquidez Corrente é um indicador definido como a divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

(ii) A Liquidez Imediata é um indicador definido como a divisão do Caixa e equivalente de caixa pelo Passivo Circulante.

(iii) A Liquidez Seca é um indicador definido como soma do Caixa e Equivalente de Caixa mais Contas a Receber, dividida pelo Passivo Circulante.

*Excluindo as despesas não recorrentes. LTM – Last twelve months (últimos doze meses).

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 1.354,5 milhões, e era superior em R\$ 737,6 milhões ao passivo circulante, que era de R\$ 617,0 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,20x. Em 31 de dezembro de 2024, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 1.533,0 milhões, e era superior em R\$ 878,4 milhões ao passivo circulante, que era de R\$ 654,6 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,34x.

Em 31 de dezembro de 2025, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 590,2 milhões, e era inferior em R\$ 26,7 milhões ao passivo circulante, que era de R\$ 617,0 milhões, representando um índice de liquidez imediata de 0,96x. Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 768,8 milhões, e era superior em R\$ 114,2 milhões ao passivo circulante, que era de R\$ 654,6 milhões, representando um índice de liquidez imediata de 1,17x.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado (LTM) era de 1,3x e 1,37x, respectivamente. Essa variação é reflexo principalmente da gestão de dívidas executadas pela gestão aquisição e a aquisição da Next Rental, a partir de agosto de 2025.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento, seja por meio de expansão orgânica ou da realização de novas aquisições, uma vez que financia suas operações por meio de capital próprio e recursos de terceiros.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2025	AV	2024	AV
Capital próprio	1.574,6	38%	1.519,2	37%
Capital de terceiros	2.531,1	62%	2.421,2	59%
Total Estrutura de Capital	4.105,7	100%	3.940,4	100%

(i) Capital próprio (Patrimônio Líquido)

A composição do patrimônio líquido da Companhia é como segue:

Em R\$ Milhões, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2025	AV %	2024	AV %
Capital social subscrito	1.091,6	69%	1.091,6	72%
Reservas de capital	-96,3	-6%	-103,9	-7%
Reservas de lucros	663,0	42%	617,2	41%
Ações em tesouraria	-72,5	-5%	-71,6	-5%
Ajuste de Avaliação patrimonial	-11,1	-1%	-14,1	-1%
Participação de acionistas não controladores	3,2	0%	2,8	0%
Total Patrimônio Líquido	1.577,8	100%	1.522,0	100%

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é representado pelo montante de R\$ 1.091,6 milhões, dividido em 234.178.207 (ações ordinárias nominativas e sem valor nominal) em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, respectivamente. Cada ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Os diretores da Companhia geralmente utilizam tanto capital próprio, oriundo de geração de caixa operacional, como capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, para financiar as necessidades de investimentos em ativos não-circulantes e capital de giro da Companhia. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) Capital de terceiros

Em R\$ Milhões, exceto %	Em 31 de dezembro de			
	2025	%	2024	%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.775,6	70%	1.800,8	74%
Contas a pagar Terceiros	170,8	7%	172,7	7%
Arrendamentos a Pagar (IFRS16)	95,3	4%	94,6	4%
Outros Passivos	489,3	19%	353,2	15%
Total Passivo	2.531,1	100%	2.421,2	100%

A tabela abaixo apresenta a dívida líquida consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de:			
	2025	AV	2024	AV
Endividamento de curto prazo	81,8	4,6%	304,1	17,1%
Endividamento de longo prazo	1.693,82	95,4%	1476,0	82,9%
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	-590,2		-793,3	
Dívida Líquida	1.185,39		986,78	

Em 31 de dezembro de 2025, a dívida da Companhia era composta por 4,6% de dívida de curto prazo e 95,4% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 3,98 anos e custo médio de CDI+1,08%. Em 31 de dezembro de 2024, a nossa dívida era composta por 17,1% de dívida de curto prazo e 82,9% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 3,9 anos e custo médio de CDI+1,60%.

A Companhia opera com margens eficientes, tendo a diversificação de suas atividades em diferentes setores econômicos, para sustentar eventuais momentos de dificuldade da economia, mantendo a Companhia sustentável para suportar períodos de incerteza.

(iii) Comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia acredita que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais:

A atual estrutura de capital e o prazo de amortização da dívida são confortáveis, conforme os indicadores abaixo apresentados.

O perfil da dívida de longo prazo da Companhia segue uma política para contratações de empréstimos e financiamentos cujo objetivo é assegurar que todos os compromissos financeiros sejam honrados, se necessário, por meio da geração de caixa da Companhia.

Desta forma, os diretores da Companhia acreditam que sua geração de caixa e as atuais disponibilidades são suficientes para fazer frente a seus compromissos financeiros no médio prazo.

(iv) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos da Companhia em ativos não circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como notas promissórias comerciais e debêntures. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Em 28 de julho de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$ 500 milhões, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160. As debêntures foram destinadas exclusivamente a investidores profissionais. A emissão teve prazo de 5 (cinco) anos e amortização anual a partir do 48º mês contado da data de emissão (inclusive), com remuneração correspondente a 100% do CDI acrescido de spread de 0,90% ao ano. Os recursos líquidos captados por meio da oferta foram direcionados à gestão ordinária dos negócios da Companhia, incluindo reforço de caixa,

capital de giro, reperfilamento de passivos financeiros e demais necessidades corporativas estratégicas.

Em 22 de novembro de 2024 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, no valor total de R\$ 500 milhões, sendo (i) R\$250 milhões correspondentes às Debêntures da Primeira Série, com prazo de 60 meses e amortização anualmente a partir do 48º mês contado da data de emissão (inclusive), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, com juros correspondentes a taxa do CDI+1,15% ao ano; e (ii) R\$250 milhões correspondentes às Debêntures da Segunda Série, com prazo de 96 meses e amortização anualmente a partir do 72º mês contado da data de emissão (inclusive), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, com juros correspondentes a taxa do CDI+1,30% ao ano. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão destinados ao pagamento de dívidas e investimentos, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

Em 13 de junho de 2024 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, no valor total de R\$ 400 milhões, sendo (i) R\$210 milhões correspondentes às Debêntures da Primeira Série, com prazo de 60 meses e amortização anualmente a partir do 48º mês contado da data de emissão (inclusive), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, com juros correspondentes a taxa do CDI+1,30% ao ano; e (ii) R\$190 milhões correspondentes às Debêntures da Segunda Série, com prazo de 96 meses e amortização anualmente a partir do 72º mês contado da data de emissão (inclusive), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, com juros correspondentes a taxa do CDI+1,40% ao ano. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão destinados ao pagamento de dívidas e investimentos, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

Em 03 de janeiro de 2024 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$ 200 milhões, com prazo de 72 meses e amortização anualmente a partir do 48º mês contado da data de emissão (inclusive), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,00% ao ano. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão destinados ao pagamento de dívidas e investimentos, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

Em 14 de junho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de empréstimos, em moeda estrangeira (dólar), no valor correspondente a R\$101,5 milhões junto as instituições financeiras Itaú e Citibank, assim como a operação de hedge em função do empréstimo ocorrer via moeda estrangeira, para proteção da Companhia contra a exposição por flutuação cambial e taxa, com ou sem garantia constituída por meio da cessão fiduciária do instrumento de hedge.

(v) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de liquidez da Companhia são:

- fluxo de caixa das atividades da Companhia
- financiamentos bancários e por meio de mercado de capitais; e
- aportes de capital

As principais exigências de caixa da Companhia são:

- investimentos para manutenção e aumento do estoque de equipamentos;
- exigências de capital de giro;
- investimentos nas instalações físicas que a Companhia ocupa e o parque de informática para suportar suas atividades;
- investimentos em melhoria de processos e controles;
- investimentos em treinamento e segurança;
- recompra de ações; e
- distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos.

Os diretores acreditam que as atuais disponibilidades e capacidade de geração de caixa operacional, em conjunto com sua capacidade de endividamento, com alavancagem adequada, são suficientes para financiar seus investimentos e sua necessidade de capital de giro.

(vi) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2025, a Dívida Bruta da Companhia atingiu o montante total de R\$ 1.775,6 milhões, enquanto a sua Dívida Líquida era de R\$ 1.185,39 milhões, representando um aumento de 17,7% em seu endividamento e um aumento de sua dívida líquida, em relação a 31 de dezembro de 2024.

a. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta os principais empréstimos, financiamentos e títulos de dívida da Companhia:

R\$ milhões	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Em moeda nacional		
Capital de giro	86,9	44,0
Debêntures	1.640,2	1.564,0
Leasing	48,5	96,7
Em moeda estrangeira	-	
Empréstimo 4131	0,0	96,0
	1.775,6	1.800,80
Circulante	81,8	307,6
Não circulante	1.693,82	1.493,20

Debêntures

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

- (i) Contrato referente à 6ª emissão de debêntures no valor de R\$300 milhões, assinado em 18 de março de 2022, debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real,

prazo de 60 meses e amortização trimestral de principal a partir do 24º mês (inclusive). Serão emitidas 300 mil Debêntures, sendo 100 mil da Primeira Série e 200 mil da Segunda Série, sendo que: (i) as debêntures da primeira série contarão com remuneração correspondente à Taxa DI + 2,30% ao ano; e (ii) as debêntures da segunda série contarão com remuneração correspondente à Taxa DI + 2,95% ao ano. Em 26 de novembro de 2024, a Companhia realizou o pré-pagamento total da debênture.

- (ii) Contrato referente à 7ª emissão de debêntures no valor de R\$430 milhões, assinado em 22 de dezembro de 2022, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão. A amortização do principal será realizada anualmente a partir do 36º mês contado da data de emissão (inclusive), com juros correspondentes a taxa do CDI+2,05% ao ano. Em 18 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pré-pagamento total da debênture.
- (iii) Contrato referente à 8ª emissão de debêntures no valor de R\$200 milhões, assinado em 03 de janeiro de 2024, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 72 meses, contados da data de sua emissão. A amortização do principal será realizada anualmente a partir do 48º mês contado da data de emissão (inclusive), com juros correspondentes a taxa do CDI+2,00% ao ano. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$ 200 milhões.
- (iv) Contrato referente à 9ª emissão de debêntures no valor de R\$ 400 milhões, assinado em 13 de junho de 2024, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries sendo (i) a 1ª série no valor de R\$ 210 milhões, com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão e a amortização do principal será realizada anualmente a partir do 48º mês contado da data de emissão (inclusive), com juros correspondentes a taxa do CDI+1,30% ao ano; e (ii) a 2ª série no valor de R\$ 190 milhões, com prazo de vencimento de 96 meses, contados da data de sua emissão e a amortização do principal será realizada anualmente a partir do 72º mês contado da data de emissão (inclusive), com juros correspondentes a taxa do CDI+1,40% ao ano . Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$ 400 milhões.
- (v) Contrato referente à 10ª emissão de debêntures no valor de R\$ 500 milhões, assinado em 20 de dezembro de 2024, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries sendo (i) a 1ª série no valor de R\$ 250 milhões, com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão e a amortização do principal será realizada anualmente a partir do 48º mês contado da data de emissão (inclusive), com juros correspondentes a taxa do CDI+1,15% ao ano; e (ii) a 2ª série no valor de R\$ 250 milhões, com prazo de vencimento de 96 meses, contados da data de sua emissão e a amortização do principal será realizada anualmente a partir do 72º mês contado da data de emissão (inclusive), com juros correspondentes a taxa do CDI+1,30% ao ano . Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor em aberto era de R\$ 500 milhões.
- (vi) Em 31 de dezembro de 2024, os saldos das debêntures brutas dos custos de transação eram de R\$ 173,2 milhões no passivo circulante e de R\$ 1.404,0 milhões no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$ 170,3 milhões e R\$ 1.393,7 milhões.

- (vii) Contrato referente à 11ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 500 milhões, aprovado em 28 de julho de 2025, relativo a debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sendo (i) a primeira e única série captada com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão, e amortização do principal realizada anualmente a partir do 48º mês contado da data de emissão (inclusive), com juros correspondentes a 100% do CDI acrescido de spread a ser definido no bookbuilding, limitado a 0,90% ao ano.
- (viii) Em 31 de dezembro de 2025, os saldos das debêntures brutas dos custos de transação eram de R\$ 52,7 milhões no passivo circulante e de R\$ 1.600,0 milhões no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$ 50,3 milhões e R\$ 1.640,2 milhões.

Em adição as debentures mencionadas acima, a Companhia finalizou o exercício de 31 de dezembro de 2025 com duas linhas de Finame com saldos de R\$ 7,2 milhões e 7,5 milhões, outras duas linhas de Finame em sua controlada Mills Pesados Locação Serviços e Logística com saldos de R\$ 15,6 milhões e R\$ 50,7 milhões, linhas de Leasing e de Capital de Giro em sua controlada JM Empilhadeiras Ltda com saldo de R\$ 48,4 milhões e R\$ 0,9 milhão, respectivamente, e uma linha de Capital de Giro em sua controlada Nest Rental Ltda com saldo de R\$ 4,6 milhões.

(vii) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro.

A Companhia não tem outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas acima. Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia.

Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado com a variação cambial, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Companhia celebra contratos de hedge com instituições financeiras. Todos esses contratos preveem a fixação da taxa de câmbio futura de reais para dólares.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de protegê-la, em suas operações de importação de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e nacionalização, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

(viii) Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não aplicável, visto que a Companhia não possui diferentes graus de subordinação nas dívidas emitidas.

(ix) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão

de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre, também, todas as demais obrigações previstas nos respectivos contratos de financiamentos, as quais se referem a determinadas restrições – alienação de ativos, alienação de controle societário – dentre outras cláusulas usuais de mercado; e, inclusive, atende aos covenants financeiros aos quais está sujeita, os quais estão apresentados abaixo:

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

(i) Sexta emissão de debêntures

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira líquida (i) pelo EBITDA (iii) deverá ser igual ou inferior a 2,5x (2,5 vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.

Para fins desta Cláusula devem ser consideradas as seguintes definições e os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16:

- "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou Partes Relacionadas (conforme adiante definido) e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, risco sacado e equivalentes, conforme aplicável, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- "Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores: (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais, local e/ou internacional, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- "EBITDA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e

amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral.

(ii) Sétima emissão de debêntures

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira líquida (i) pelo EBITDA PROFORMA (iii) deverá ser igual ou inferior a 2,5x (2,5 vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA PROFORMA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.
- "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou Partes Relacionadas (conforme adiante definido) e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, risco sacado e equivalentes, conforme aplicável, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
 - "Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores: (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais, local e/ou internacional, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
 - "EBITDA PROFORMA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral, acrescido do EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS; e
 - "EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS" significa, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes dos últimos 12 (doze) meses das sociedades adquiridas ou incorporadas pela Emissora. A Companhia está plenamente adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas às Debêntures e as alterações nos termos e condições das Debêntures, aprovadas nesta data, são no melhor interesse de Companhia.

(iii) Oitava emissão de debêntures

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou Partes Relacionadas (conforme adiante definido) e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, risco sacado e equivalentes, conforme aplicável, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- "Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores: (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais, local e/ou internacional, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- "EBITDA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral.
- "EBITDA PROFORMA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral, acrescido do EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS.
- "EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS" significa, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes dos últimos 12 (doze) meses das sociedades adquiridas ou incorporadas pela Emissora.

(iv) Nona emissão de debêntures

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou Partes Relacionadas (conforme adiante definido) e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, risco sacado e equivalentes, conforme aplicável, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base

consolidada;

- "Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores: (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais, local e/ou internacional, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada;
- "EBITDA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral;
- "EBITDA PROFORMA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral, acrescido do EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS; e
- "EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS" significa, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes dos últimos 12 (doze) meses das sociedades adquiridas ou incorporadas pela Emissora.

(v) Décima emissão de debêntures

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou Partes Relacionadas (conforme adiante definido) e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, risco sacado e equivalentes, conforme aplicável, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada;
- "Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores: (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais, local e/ou internacional, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das

- disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada;
- "EBITDA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral;
 - "EBITDA PROFORMA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral, acrescido do EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS; e
 - "EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS" significa, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes dos últimos 12 (doze) meses das sociedades adquiridas ou incorporadas pela Emissora.

(vi) Décima primeira emissão de debêntures

A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- • "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamentos com terceiros e/ou Partes Relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, risco sacado e equivalentes, conforme aplicável, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada;
- • "Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores: (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamentos com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais, local e/ou internacional, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada;
- • "EBITDA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente em seu release de resultados;
- • "EBITDA Proforma" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais,

depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente em seu release de resultados, acrescido do EBITDA das sociedades adquiridas ou incorporadas; e

- "EBITDA das Sociedades Adquiridas ou Incorporadas" significa o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes dos últimos 12 (doze) meses das sociedades adquiridas ou incorporadas pela Emissora."

A Companhia avalia trimestralmente as cláusulas restritivas e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estando aderente a todos os covenants as quais estava sujeita.

A Companhia está plenamente adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas às Debêntures e as alterações nos termos e condições das Debêntures, aprovadas nesta data, são no melhor interesse de Companhia.

(x) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não dispunha de limites a utilizar em operações de financiamento já contratadas.

A Companhia mantém relacionamento com as principais instituições financeiras com atuação no Brasil e, na avaliação de sua diretoria, tem condições e classificação de risco de crédito que lhe permitem contratar novas dívidas nos montantes necessários para fazer frente às suas atuais necessidades de caixa de curto e longo prazo.

(xi) Alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

Demonstrações dos Resultados

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		Análise vertical		Análise Horizontal
	2025	2024	2025	2024	2025 vs 2024
Receita bruta	2.021,9	1.729,4	-	-	16,9%
Receita líquida de vendas e serviços	1.838,0	1.575,4	100,0%	100,0%	16,7%
Formas e Escoramentos	306,6	242,5	16,7%	15,4%	26,4%
Rental	1.531,4	1.332,8	83,3%	84,6%	14,9%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-684,8	-597,7	-37,3%	-37,9%	14,6%
Lucro bruto	1.153,0	977,7	62,7%	62,1%	17,9%
Despesas gerais e administrativas	-503,4	-453,3	-27,4%	-28,8%	11,1%
Outras receitas (despesas)	6,1	9,0	0,3%	0,6%	-33,0%

operacionais					
Provisão para perdas de crédito esperadas	-33,1	-25,4	-1,8%	-1,6%	30,6%
Lucro antes do resultado financeiro	622,5	508,1	33,9%	32,3%	22,5%
Despesas financeiras	-360,9	-268,3	-19,6%	-17,0%	34,5%
Receitas financeiras	155,2	146,3	8,4%	9,3%	6,0%
Resultado financeiro	-205,7	-122,0	-11,2%	-7,7%	68,6%
Lucro antes dos impostos	416,8	386,1	22,7%	24,5%	8,0%
Imposto de renda e contribuição social	-115,6	-100,9	-6,3%	-6,4%	14,6%
Lucro líquido do exercício	301,2	285,2	16,4%	18,1%	5,6%

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços da Mills atingiu R\$ 1.838,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que representa um aumento de 16,7% em relação ao valor registrado no ano anterior. A principal linha que impactou positivamente o resultado foi a receita da unidade de negócio Rental.

A receita líquida da unidade de negócio Rental aumentou, em relação ao ano anterior, em 14,9%, ou R\$ 198,6 milhões sendo que a receita de locação foi a principal responsável pelo crescimento. Os principais fatores que levaram a esse resultado foram o crescimento de Pesados e Intralogística ao longo de 2025.

A receita líquida da unidade de negócio Formas e Escoramentos atingiu R\$ 306,6 milhões de receita líquida em 2025, um aumento de 26,4% em relação ao ano anterior. A receita de locação apresentou um crescimento de 25,2%, principalmente devido ao aumento dos preços praticados e do avanço das obras de infraestrutura, o que resultou em aumento de volume locado.

Receita líquida por tipo (R\$ milhões)	2025	2024	Variação %	Variação em reais
Receita Líquida Total	1.838,0	1.575,4	16,7%	262,6
Locação	1.683,0	1.444,6	16,5%	238,4
Vendas Novos	13,2	12,8	3,0%	0,4
Venda de Peças	11,5	9,8	16,7%	1,6
Vendas Seminovos	44,5	54,2	-18,0%	-9,7
Venda de Sucata	0,5	0,4	19,0%	0,1
Serviços Prestados	32,1	18,8	70,3%	13,3
Indenização	23,1	17,5	31,9%	5,6
Recuperação de Despesas	30,3	17,2	76,1%	13,1

Receita líquida por unidade de negócio	2025	%	2024	%
Receita líquida total	1.838,0	100,00%	1.575,4	100,00%
Formas e Escoramentos	306,6	16,68%	242,5	15,40%

Rental	1.531,4	83,32%	1.332,8	84,60%
--------	---------	--------	---------	--------

A tabela abaixo mostra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados abertos e as despesas gerais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Em R\$ milhões, exceto %	2025 (A)			2024 (A)			(A)/(B)	(A)-(B)
	Custos diretos	Despesas gerais e adm.	Total	Custos diretos	Despesas gerais e adm.	Total	Total	Total
Pessoal	-150,4	-248,0	-398,4	-129,6	-224,2	-353,8	13%	-44,6
D&A	-173,9	-102,0	-275,9	-144,2	-89,3	-233,5	18%	-42,4
Material construção/ manutenção e reparo	-215,6	-15,3	-230,9	-181,2	-6,8	-188,1	23%	-42,8
Serviços de terceiros	-13,8	-79,0	-92,8	-10,7	-76,2	-86,8	7%	-6,0
Fretes	-64,5	-1,5	-66,0	-68,5	-0,9	-69,3	-5%	3,3
Viagens	-18,5	-8,9	-27,4	-15,7	-10,5	-26,2	4%	-1,2
Custo de mercadoria vendida	-15,2	0,0	-15,2	-13,4	0,0	-13,4	13%	-1,8
Aluguel de equipamentos e outros	-10,0	-3,2	-13,1	-6,1	-3,8	-9,9	33%	-3,2
Baixa de ativos	-0,2	-1,3	-1,5	-0,3	-0,3	-0,6	148%	-0,9
Custo de venda de seminovos	-15,1	-6,6	-21,7	-21,0	-0,6	-21,6	0%	-0,1
Outros	-7,8	-37,7	-45,4	-6,9	-40,8	-47,7	-5%	2,3
Total	-684,8	-503,4	-1188,2	-597,7	-453,3	-1051,0	13%	-137,2

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados e das despesas gerais e administrativas da Companhia, passaram de R\$ 597,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 684,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, um aumento de R\$ 87,0 milhões ou 14,6%.

O aumento dos custos ocorreu principalmente em função do: i) aumento dos custos com fretes comercial e entre filiais; ii) aumento de material de construção, manutenção e reparo e iii) custo de venda de seminovos.

As despesas gerais e administrativas, totalizaram R\$ 503,4 milhões no exercício findo encerrado em

31 de dezembro de 2025, representando um aumento de R\$ 50,1 milhões, explicado principalmente pelo aumento de pessoal e atualizações de remuneração devido a acordos coletivos.

Em 2025, a PCE (Perda de Crédito Esperada, “PCE”) acumulada somou R\$ 33,1 milhões, equivalente a 1,8% da receita líquida, ante R\$ 25,4 milhões, equivalente a 1,6% em 2024.

Itens não recorrentes

Em 2025, foi registrado R\$ 42,8 milhões de despesas relacionados a itens não recorrentes, compostos principalmente por despesas relacionados ao plano de incentivo de longo prazo para funcionários chave e baixas de vendas referente a baixa da mais valia de equipamentos adquiridos na compra da Triengel.

Em R\$ milhões, exceto %	2025 (A)	2024 (B)	(A) / (B)
Total itens não recorrentes	-42,8	-18,5	131%
Incentivo de Longo Prazo	-21,2	0,0	NA
Projetos de Melhoria	-6,8	-7,4	-8%
Créditos Extemporâneos	-3,1	-0,2	1607%
M&A	-1,0	-3,0	-66%
Outros	-3,4	-7,5	-54%
Baixa de Vendas	-7,2	-0,4	1897%

Considerando o desempenho operacional positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e a não identificação de fatores de obsolescência tecnológica de seu imobilizado, a Administração não identificou indicadores de “impairment” para as Unidades de Negócio Rental e Formas e Escoramentos (UGCs) a luz do CPC 01 (IAS 36). Por consequência, a Companhia não precisou estender suas análises internas visando avaliar a recuperação de seu imobilizado usando referências de mercado ou modelos financeiros de valor em uso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 205,7 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, contra um resultado negativo de R\$ 122,0 milhões para o mesmo período de 2024. Esse aumento de 68,6% foi proveniente, principalmente, de uma maior despesa financeira no período, reflexo do aumento da taxa de juros e novas emissões de debêntures.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social foram um valor negativo de R\$ 115,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em comparação a um valor negativo de R\$ 100,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia continua seu trabalho de identificação e aproveitamento de oportunidades tributárias. O saldo de prejuízo fiscal acumulado totalizou R\$ 186,9 milhões em dezembro de 2025. Trimestralmente compensamos o limite de 30% do lucro antes do imposto de renda.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 301,2 milhões, frente a um lucro líquido de R\$ 285,2 milhões em 2024, como reflexo do forte crescimento da Companhia e seu comprometimento com a alocação de capital de forma eficiente, gerando e distribuindo valor.

Balanco Patrimonial

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Em R\$ milhões, exceto %	Em 31 de dezembro de		Análise vertical		Análise horizontal
	2025	2024	2025	2024	2025 v. 2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	434,4	542,5	10,6%	13,8%	-19,9%
Aplicações financeiras	155,8	226,4	3,8%	5,7%	-31,2%
Depósitos bancários vinculados	0,0	24,5	0,0%	0,6%	-100,0%
Contas a receber de terceiros	490,7	403,6	11,9%	10,2%	21,6%
Estoques	107,4	113,2	2,6%	2,9%	-5,1%
Instrumentos financeiros derivativos	0,0	30,2	0,0%	0,8%	-100,0%
Tributos a recuperar	80,3	122,1	2,0%	3,1%	-34,2%
Outros ativos circulantes	80,4	63,3	2,0%	1,6%	27,0%
Ativos mantidos para venda	5,5	7,2	0,1%	0,2%	-24,3%
Total do Ativo Circulante	1.354,5	1.533,0	33,0%	38,9%	-11,6%
Ativo Não Circulante					
IRPJ e CSLL diferidos	113,2	170,3	2,8%	4,3%	-33,5%
Tributos a recuperar	65,6	65,6	1,6%	1,7%	0,0%
Depósitos judiciais	4,1	8,5	0,1%	0,2%	-52,5%
Outros ativos	0,1	0,1	0,0%	0,0%	0,6%
Imobilizado	2237,5	1855,3	54,5%	47,0%	20,6%
Intangível	333,9	310,4	8,1%	7,9%	7,6%
Total do Ativo Não Circulante	2754,3	2410,2	67,0%	61,1%	14,3%
Total do Ativo	4108,9	3943,2	100,0%	100,0%	4,2%

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Análise Vertical		Análise Horizontal
	2025	2024	2025	2024	2025 vs 2024
Passivo Circulante					
Contas a pagar a terceiros	156,2	127,6	3,8%	3,3%	22,4%
Contas a pagar a partes relacionadas	0,7	2,1	0,0%	0,1%	-66,4%
Contas a pagar - aquisições de controladas	62,0	32,9	1,5%	0,9%	88,3%
Contas a pagar - risco sacado	1,2	0,0	0,0%	0,0%	NA
Obrigações sociais e trabalhistas	85,8	76,5	2,1%	2,0%	12,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	81,8	307,6	2,0%	7,9%	-73,4%
Arrendamentos a pagar	39,3	38,3	1,0%	1,0%	2,7%
Instrumentos financeiros derivativos	1,2	0,0	0,0%	0,0%	NA
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	1,3	1,5	0,0%	0,0%	-15,2%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2,4	2,4	0,1%	0,1%	0,0%
Tributos a recolher	30,0	12,5	0,7%	0,3%	139,8%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	150,0	52,0	3,7%	1,3%	188,8%
Outros passivos	5,0	1,3	0,1%	0,0%	300,0%
Total do Passivo Circulante	617,0	654,6	15,0%	16,9%	-5,8%
Passivo Não Circulante					
Contas a pagar a terceiros	14,5	45,1	0,4%	1,2%	-67,8%
Contas a pagar - aquisições de controladas	88,7	119,9	2,2%	3,1%	-26,1%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1693,8	1493,2	41,2%	38,6%	13,4%
Arrendamentos	56,0	56,3	1,4%	1,5%	-0,5%
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	2,1	3,5	0,1%	0,1%	-39,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33,0	20,4	0,8%	0,5%	61,6%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21,6	20,3	0,5%	0,5%	6,1%
Provisão para benefícios pós-emprego	4,3	7,8	0,1%	0,2%	-44,7%
Outros passivos	0,1	0,1	0,0%	0,0%	-19,0%
Total do Não Circulante	1914,1	1766,6	46,6%	45,7%	8,4%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1091,6	1091,6	26,6%	28,2%	0,0%
Reservas de capital	-96,3	-103,9	-2,3%	-2,7%	-7,3%
Reservas de lucros	663,0	543,3	16,1%	14,0%	22,0%
Ações em tesouraria	-72,5	-71,6	-1,8%	-1,9%	1,3%
Ajuste de avaliação patrimonial	-11,1	-14,1	-0,3%	-0,4%	-21,2%
Lucros e prejuízos acumulados	0,1	0,0	0,0%	0,0%	NA
Participações de acionistas não-controladores	3,2	2,8	0,1%	0,1%	13,2%
Total do Patrimônio Líquido	1577,8	1448,0	38,4%	37,4%	9,0%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4108,9	3869,2	100,0%	100,0%	6,2%

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$ 1.533,0 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.354,5 milhões em 31 de dezembro de 2025, uma redução de R\$ 178,5 milhões, ou 11,6%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução no caixa e equivalentes de caixa em R\$ 108,1 milhões, ou 19,9%, atrelados ao plano de investimentos da Companhia e o pré-pagamento da 7ª emissão de debentures, realizado em 18 de dezembro de 2025;
- Aumento de contas a receber de terceiros em R\$ 87,0 milhões, ou 21,6% referem-se substancialmente aos valores a receber de clientes devido ao aumento da operação de locação da Companhia.

Ativos mantidos para venda

A conta de ativos mantidos para a venda passou de R\$ 7,2 milhões em 2024 para R\$ 5,5 milhões em 2025.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 2.410,2 milhões em 31 de dezembro 2024 para R\$ 2.754,3 milhões em 31 de dezembro de 2025, um aumento de R\$ 344,2 milhões ou 14,3%. A principal variação, na avaliação da diretoria da Companhia, foi:

- Aumento de R\$ 382,2 milhões em imobilizado, devido ao plano de investimentos executado pela Companhia ao longo de 2025 que envolveu a compra de equipamentos em Pesados e Intralogística e a aquisição da Next Rental feita no segundo semestre, principalmente.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$ 1.855,3 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 2.237,5 milhões em 31 de dezembro de 2025, um crescimento de R\$ 382,2 milhões, ou 20,6%. Este aumento explica-se, principalmente, pela estratégia de crescimento da Companhia, através de aquisição de novos equipamentos e de empresas (M&As).

Intangível

O ativo intangível passou de R\$ 310,4 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 333,9 milhões em 31 de dezembro de 2025, um crescimento de R\$ 23,5 milhões, ou 7,6%, principalmente devido a investimentos em tecnologia em linha com a sua jornada digital como alavanca de geração de valor para a Companhia.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 654,6 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 617,0

milhões em 31 de dezembro de 2025, uma queda de R\$ 37,7 milhões ou -5,8%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução de R\$ 225,8 milhões na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures devido ao pré-pagamento da 7ª emissão de debêntures realizado em 18 de dezembro de 2025;
- Aumento de R\$ 98,1 milhões na conta de Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar devido ao pagamento de R\$ 150 milhões de dividendos a serem feitos em 30 de abril de 2026.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 1.766,6 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.914,1 milhões em 31 de dezembro de 2025, um aumento de R\$ 147,5 milhões, ou 8,4%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento do saldo da conta Empréstimos, financiamentos e debêntures em R\$ 200,6 milhões, devido as emissões feitas ao longo do ano.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 1.448,0 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.577,8 milhões em 31 de dezembro de 2025, um aumento de R\$ 129,8 milhões, ou 9,0%. A variação se deu, principalmente, em decorrência de:

- Aumento de R\$ 119,7 milhões na conta de Reservas de Lucros como resultado do lucro acumulado reconhecido em 2025 e movido para a conta de reserva de lucros no final do período.

Aprovação do saldo de reapresentação na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) divulgada, no montante de R\$ 3.697.125,69 referente à reserva legal e de R\$ 70.245.388,02 referente à retenção de lucros.

Os valores decorrem da necessidade de correção do reconhecimento contábil relacionado ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), pagos a maior em exercícios anteriores, em razão da não aplicação da Lei nº 14.148/21, publicada em 18 de março de 2022, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Nesse contexto, a Companhia apurou créditos extemporâneos de IRPJ e CSLL, em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo IFRIC 23 / ICPC 22, procedendo à reapresentação dos respectivos ajustes no patrimônio líquido de exercícios anteriores

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	305,9	-57,4
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento	-161,1	-343,6
Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamento	-252,9	396,6
Aumento (redução) das disponibilidades	-108,1	-4,4

Análise das principais variações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 305,9 milhões, apresentando um crescimento de R\$ 363,3 milhões, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, devido principalmente ao aumento da operação pelas aquisições de ativos de locação e estoques.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ -161,1 milhões, apresentando um aumento no valor de R\$ 182,5 milhões, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, dado que houve um menor volume de investimentos comparado a 2024.

Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ -252,9 milhões, quando comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 396,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação é principalmente em decorrência da menor captação de empréstimos e debêntures em 2025 e das amortizações de empréstimos realizados ao longo do ano.

Aumento (redução) das disponibilidades

A Mills encerrou o ano de 2025 com disponibilidade de R\$ 434,4 milhões, representando uma redução de R\$ 108,1 milhões de disponibilidades no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços e são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado: unidade de negócio Rental (Leves + Pesados + Intralogística) e unidade de negócio Formas e Escoramentos. A receita da Companhia é preponderantemente decorrente de locação de equipamentos e vendas de equipamentos usados e novos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes.

A receita de locação é reconhecida pro rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia quando aplicável, separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu valor justo. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminovos e recuperações de despesas.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia foram impactados especialmente pelo seu crescimento. Neste sentido, os principais fatores que influenciaram este crescimento são: (i) um aumento do número de equipamentos que a Companhia foi capaz de adquirir e disponibilizar para seus clientes na unidade de negócio Rental. Período no qual a frota para locação atingiu 16,3 mil unidades em 31 de dezembro de 2025 ante 14,8 mil unidades em 31 de dezembro de 2024; (ii) a capacidade comercial da Companhia em locar esses equipamentos; e (iii) um aumento do preço praticado em ambas as unidades de negócios.

Nossa estratégia de crescimento combinado da unidade Rental leves, pesados e intralogística

engloba aquisições de empresas reconhecidas no mercado, potencializado por investimento orgânico em equipamentos e abertura de filiais. Os movimentos de M&A trazem know how de cada subsetor de linha amarela e aceleram a curva de aprendizado e o ramp up de resultados.

Receita líquida por tipo (R\$ milhões)	2025	2024	Variação %	Variação em reais
Receita Líquida Total	1.838,0	1.575,4	16,7%	262,6
Locação	1.683,0	1.444,6	16,5%	238,4
Vendas Novos	13,2	12,8	3,0%	0,4
Venda de Peças	11,5	9,8	16,7%	1,6
Vendas Seminovos	44,5	54,2	-18,0%	-9,7
Venda de Sucata	0,5	0,4	19,0%	0,1
Serviços Prestados	32,1	18,8	70,3%	13,3
Indenização	23,1	17,5	31,9%	5,6
Recuperação de Despesas	30,3	17,2	76,1%	13,1

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações de preço e volumes dos equipamentos locados aos seus clientes. A introdução de novos produtos e serviços também impacta diretamente a receita. A Companhia tem sido, historicamente, capaz de repassar para seus clientes variações positivas e negativas nos custos de seus produtos. Tais variações podem ser causadas pela taxa de inflação, taxa de juros, taxa de câmbio e outros elementos que impactam os custos de produção por parte de seus fornecedores. Além disso, os preços dos equipamentos comprados para locação afetam diretamente o preço de locação praticado pela Companhia.

Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes só ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos, ressalvado que as plataformas elevatórias da unidade de negócio Rental Leves são importadas e, conseqüentemente, têm seu custo de aquisição em moeda estrangeira. Sendo assim, no futuro, a receita de locação desta unidade de negócio poderá ser influenciada por eventual variação de taxas de câmbio.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

As operações e resultados da Companhia são diretamente impactados por variações de (i) taxas de inflação, cujos índices são utilizados para reajuste dos contratos de longo prazo da Companhia; (ii) taxas de juros, que afetam o endividamento sujeito a juros flutuantes da Companhia; e (iii) preços de materiais consumidos nas obras ou na manutenção dos equipamentos da Companhia.

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, do aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes e dos insumos que utiliza na prestação dos serviços. Além disso, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços, também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumínio. No caso da unidade de negócio Rental

Leves, os equipamentos utilizados aumentam de preço em função da oscilação do câmbio, pois são em sua maioria importados ou quando estão em fabricação nacional, possuem peças e componentes importados.

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

No último exercício social não houve impacto que represente montante relevante em função da variação de preços dos insumos e do câmbio, além dos evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Seguem abaixo os pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia no período corrente:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"

De acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2024.

Alterações ao IFRS 16/ CPC 06(R2) - Arrendamentos

A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros

A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa

alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- a. Os termos e condições dos acordos SFAs.
- b. Para a data de início e fim do período de reporte:
 - i. O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
 - ii. O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
 - iii. Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- c. Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i).
- d. Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2024.

As alterações acima não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Além disso, seguem abaixo os pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinarem se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras.

As alterações:

- Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG);
- Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 1 de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza

Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- Orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de ‘own use’;
- Condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge);
- Divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos

contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.

A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado;
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial;
- O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1;
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, as

informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações

Emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não tem histórico de ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

A companhia não realizou nenhuma introdução ou qualquer outra alienação de segmento operacional no último exercício social.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Estão elencadas a seguir, em ordem cronológica, as principais operações de fusões, aquisições e alienações da Companhia ocorridas no último exercício social:

Aquisição da Next Rental

Em 01 de julho de 2025 foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de um acordo de Compra e Venda de Quotas, Ativos e Outras Avenças, por meio de sua controlada, Mills Pesados Locação, Serviços e Logística S.A. (“Mills Pesados”), visando a aquisição da operação de locação da Next Rental, contemplando (a) a integralidade das quotas representativas do capital social da Linha Amarela Rental Ltda.; (b) equipamentos, com acessórios e implementos relacionados e (c) os contratos atrelados aos equipamentos adquiridos.

A aquisição está alinhada à nossa estratégia de crescimento e reforça nosso posicionamento como uma locadora multiprodutos. Essa transação fortalece nosso relacionamento com os clientes em setores pouco explorados como mineração e florestal, adiciona uma frota premium ao portfólio da Mills, composto por equipamentos de linha amarela, empilhadeiras, plataformas elevatórias e caminhões adaptados, além de uma maior diversificação geográfica com o aumento da operação de locação na região sul do país, oferecendo um portfólio de produtos amplo e diversificado, com sinergias comerciais e operacionais.

A conclusão da operação de aquisição da Next Rental ocorreu em 14 de agosto de 2025.

Aquisição da JM Empilhadeiras

Em 09 de maio de 2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de um acordo de compra e venda, por meio de sua controlada, Mills Pesados Locação, Serviços e Logística S.A. (“Mills Pesados”), para adquirir a integralidade das quotas representativas do capital social da JM Empilhadeiras Holding de Participações Ltda. (“JM Empilhadeiras”).

Fundada em 1985, a JM Empilhadeiras é uma das maiores empresas de locação de empilhadeiras, destacando-se pelo seu extenso know-how na manutenção de equipamentos a partir de investimentos constantes em tecnologia, inovação e qualificação de sua equipe. A empresa possui uma frota composta por mais de 1.900 equipamentos com idade média de 3,8 anos. Em 2023 a JM Empilhadeiras reportou uma receita bruta de R\$153,5 milhões e um EBITDA de R\$65,0 milhões.

A aquisição está alinhada à nossa estratégia de crescimento e reforça nosso posicionamento como

uma locadora multiprodutos. Essa Transação fortalece nosso relacionamento com os clientes, oferecendo um portfólio de produtos amplo e diversificado, com sinergias comerciais e operacionais.

A aquisição marca a entrada da Mills no mercado de intralogística, que apresenta diversas vantagens relevantes, tais como: fortalecimento do relacionamento com nossos clientes; mercado endereçável relevante, pulverizado e com oportunidades de consolidação; resiliência, diversificação e previsibilidade de fluxo de caixa e integração cultural e estratégica.

A conclusão da operação de aquisição da JM Empilhadeiras ocorreu em 19 de junho de 2024.

Com a entrada da Mills no segmento de Empilhadeiras, foi criada nova unidade de negócio internamente: Rental Intralogística.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais durante os exercícios sociais de 2025, 2024 e 2023.

2.5 Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA (“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil utilizada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156 e consiste no lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de bens de uso e equipamentos de locação e da amortização do intangível.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil utilizada pela Companhia e corresponde ao EBITDA, ajustado por despesas não recorrentes, que são detalhadas no documento abaixo.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado: (i) não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e/ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Resolução CVM nº 156, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I. A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão.

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
EBITDA	898,4	741,6
EBITDA Ajustado	941,2	760,1

Dívida Líquida e Dívida líquida/EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta consiste no somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde à Dívida Bruta deduzida dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa.

A Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM corresponde à divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado LTM (últimos doze meses) da Companhia nas mesmas datas. A Companhia utiliza o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM como indicador de alavancagem financeira, para acompanhamento de covenants em debêntures e outros instrumentos de dívida.

A Dívida Líquida e o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM não são medidas de

desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Líquida e, conseqüentemente, o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Líquida	1.185,39	986,78
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM	1,3	1,4

Fluxo de Caixa Operacional Ajustado

A Companhia também acompanha o fluxo de caixa operacional ajustado pelas variações monetárias ativas e passivas líquidas, investimentos em bens de locação e juros pagos.

O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos

O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pela IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o Fluxo de Caixa Operacional e o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

R\$ milhões	2025	2024
Fluxo de caixa operacional ajustado	785,6	552,1

Retorno Sobre o Capital Investido – ROIC

O retorno sobre o capital investido, ou Return On Invested Capital (“ROIC”), é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e é calculado a partir do EBITDA LTM deduzido da depreciação e amortização e do imposto de renda corrente (NOPAT – Net Operating Profit after taxes), dividido pelo capital investido (mensal) do período. O capital investido (mensal) do período é composto pela soma (i) do capital de giro e (ii) do ativo imobilizado bruto.

O ROIC não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o ROIC de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
ROIC	19,4%	20,3%

Retorno sobre o Patrimônio Líquido, ou Return On Equity (“ROE”)

O Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, ou Return On Equity (“ROE”), é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e é calculado pelo Lucro Líquido LTM dividido pelo patrimônio líquido médio do período.

O ROE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o ROE de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
ROE	19,1%	19,4%

Lucro Líquido Caixa

O Lucro Líquido Caixa é a soma (i) do lucro líquido apurado em cada período divulgado, (ii) do Imposto de renda e contribuição social diferidos, (iii) dos impostos incidentes sobre a receita apurada no respectivo exercício a título de PIS/COFINS pagos com crédito fiscal. A Margem Lucro Líquido Caixa, por sua vez corresponde ao quociente da divisão do Lucro Líquido Caixa pela Receita Líquida apurada em cada um dos períodos analisados. Essas medidas demonstram os efeitos observados no resultado da Companhia para cada exercício social em relação aos impostos efetivamente suportados pelo caixa da Companhia em cada um dos períodos.

O Lucro Líquido Caixa e a Margem Lucro Líquido Caixa não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular o Lucro Líquido Caixa e a Margem Lucro Líquido Caixa de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro líquido caixa	502,4	427,0
Margem líquida caixa	27,3%	27,1%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado com o Lucro Líquido:

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro (Prejuízo)Líquido	301,2	285,2
Imposto de renda e contribuição social	115,6	100,9
Lucro antes do Resultado Financeiro	416,8	386,1
Resultado Financeiro	205,7	122,0
Depreciação	275,8	233,5
EBITDA CVM	898,4	741,6
Não recorrentes	42,8	18,5
EBITDA Ajustado	941,2	760,1

Não recorrentes:

Em R\$ milhões, exceto %	2025 (A)	2024 (B)	(A) / (B)
Total itens não recorrentes	-42,8	-18,5	131%
Incentivo de Longo Prazo	-21,2	0,0	NA
Projetos de Melhoria	-6,8	-7,4	-8%
Créditos Extemporâneos	-3,1	-0,2	1607%
M&A	-1,0	-3,0	-66%
Outros	-3,4	-7,5	-54%
Baixa de Vendas	-7,2	-0,4	1897%

Reconciliação da Dívida Líquida com o Endividamento de curto e longo prazos:

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Endividamento de curto e longo prazos	1.775,6	1.800,80
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários	590,2	768,8
Caixa Dívida Líquida	1.185,4	1.032,00

Reconciliação do Fluxo de Caixa Operacional Ajustado com o Fluxo de Caixa Operacional:

R\$ milhões	2025	2024
Fluxo de caixa operacional	305,9	-57,4
Juros Pagos	246,8	156,2
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	446,5	642,5
Fornecedores	-47,0	-96,3
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)	-111,5	-51,6
Juros sobre arrendamento	-55,1	-41,3
Fluxo de caixa operacional ajustado	785,6	552,1

Reconciliação do ROIC:

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
EBIT (LTM)	622,5	508,1
IR/CS (LTM)	-73,9	-70,8
NOPAT (LTM)	548,6	437,3
Capital Investido Médio	2.822,0	2.151,8
Capital de Giro (Média LTM)	415,7	298,5
Ativo Imobilizado (Média LTM)	2.406,3	1.853,2
ROIC ¹	19,4%	20,3%

¹ Alíquota caixa

Reconciliação do ROE:

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro Líquido (LTM)	301,2	285,2
Patrimônio líquido médio	1.580,1	1.473,76
ROE	19,1%	19,4%

Reconciliação do Lucro Líquido Caixa:

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Receita Líquida	1838,0	1575,4
Lucro Líquido	301,2	285,2
Margem Líquida	16,4%	18,1%
Imp. Renda cont. soc. Diferidos	62,4	52,1
Créditos abatidos ¹	138,8	89,7
Lucro Líquido Caixa	502,4	427
Margem Líquida Caixa	27,3%	27,1%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Motivos para a utilização do EBITDA e do EBITDA Ajustado

O EBITDA e o EBITDA Ajustado são utilizados como medidas de desempenho pela Administração da Companhia, motivo pelo qual a Companhia acredita ser importante sua inclusão neste Formulário de Referência. A Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas práticas para aferir seu desempenho operacional, pois constitui um indicador que sofre menos impacto da

flutuação da taxa de juros, alterações nas alíquotas e hipóteses de incidência do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e níveis de depreciação.

Motivos para a utilização da Dívida Líquida e Dívida líquida/EBITDA Ajustado

O índice Dívida líquida sobre EBITDA Ajustado LTM é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e utilizado pela Administração como medida de endividamento da Companhia e existem cláusulas contidas nos contratos de crédito bancários e outros instrumentos de dívida da Companhia que impõem a observância deste indicador financeiro, entre outros. A Administração da Companhia acredita que o índice Dívida líquida sobre EBITDA Ajustado LTM consiste em um indicador prático do nível de endividamento. O índice não deve ser considerado isoladamente ou como substituto da razão passivo total sobre patrimônio líquido como índice de endividamento da Companhia.

Motivos para a utilização do Fluxo de Caixa Operacional Ajustado

A Companhia entende que para o EBITDA ser uma boa Proxy do fluxo de caixa operacional da Companhia, é necessário excluir algumas provisões e a baixa de ativos, que são valores relevantes.

Motivos para a utilização do ROIC

O ROIC é uma métrica utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, a rentabilidade gerada pelas operações da Companhia.

Motivos para a utilização do ROE

O ROE reflete em percentuais o retorno sobre o capital próprio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor à ela mesma utilizando os seus próprios recursos.

Motivos para a utilização do Lucro Líquido Caixa

A Companhia entende que o Lucro Líquido Caixa e a Margem Líquida Caixa retratam, para o acionista, o seu resultado ajustado pelos impostos pagos através de créditos fiscais gerados na operação. Desse modo, é possível refletir melhor no resultado a dinâmica fiscal da empresa. Neste sentido, o Lucro Líquido Caixa e a margem Líquida Caixa se tornam uma referência prática para fins de avaliação de desempenho.

2.6 Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não há eventos subsequentes.

2.7 Destinação de resultados

	2025
a. regras sobre retenção de lucros	Além das demais hipóteses previstas em lei, conforme disposição introduzida em 8 de fevereiro de 2010, o Estatuto Social da Companhia prevê que até 75% do lucro líquido ajustado do exercício poderão ser destinados à reserva de expansão, desde que o montante contabilizado em tal reserva não ultrapasse 80% do seu capital social
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos da Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição de lucro líquido uma vez ao ano. Entretanto, nos termos do Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares ou, ainda, juros sobre o capital próprio, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamento especial aplicável à Companhia.
e. política de destinação de resultados	A Companhia possui uma política de destinação de resultados aprovada pelo Conselho de Administração e disponível em seu site.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

2.10 Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia baliza sua política de investimentos de acordo com as perspectivas de demanda nos seus mercados de atuação, sua geração de caixa e a disponibilidade de crédito no mercado. Como forma de garantir os recursos necessários para a implementação do seu plano de investimentos, a Companhia instituiu uma reserva estatutária de expansão, para a qual os acionistas poderão destinar até 75% do lucro líquido ajustado, desde que a referida reserva não ultrapasse o limite de 80% do capital social subscrito da Companhia.

O investimento de aproximadamente R\$ 676 milhões realizado ao longo de 2025 foi direcionado para o crescimento da Companhia. Investimos principalmente na compra de ativos em Rental Pesados e Intralogística para suportar o crescimento expressivo que tivemos neste segmento ao longo do último ano. Além disso, adquirimos a Next Rental, focando em nossa estratégia de ser uma Companhia multiproduto.

Os montantes aprovados são função dos estudos da Mills em relação ao mercado de locação e os desembolsos podem sofrer alterações de acordo com a demanda efetiva.

A seguir apresentamos quadro comparativo dos investimentos realizados em 31 de dezembro de 2025 e em 2024:

Em R\$ milhões, exceto %	31/12/25 (A)	31/12/24 (B)	(A) / (B)	(A) – (B)
Investimentos	675,7	994,5	-32,1%	-318,8
M&A	179,3	310,1	-42,2%	-130,8
Ativos para locação	444,0	642,5	-30,9%	-198,5
Corporativo e bens de uso	52,4	41,9	25,0%	10,5

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de empréstimos e financiamento (conforme detalhado no item 2.1(f) deste Formulário de Referência).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Atualmente, a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em curso e/ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia realizou aquisições ao longo de 2025, detalhadas no item 2.4 do Formulário de Referência.

As aquisições fazem parte da estratégia de crescimento e diversificação da Companhia. A Companhia vai explorar novas vias de crescimento através da oferta ampliada de produtos, posicionando-se como uma empresa One-Stop Shop. Dentre as aquisições recentes, destaca-se a aquisição mais recente, da Next Rental, que marca a entrada da Companhia em novos mercados e regiões do país. O crescimento será de forma inorgânica e orgânica, com aquisição de equipamentos e expansão geográfica.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não desenvolve novos produtos e serviços, portanto, não incorre em gastos referentes à área de pesquisa e desenvolvimento. Grande parte da tecnologia e inovação presente nos equipamentos e oferecida aos clientes da Companhia provêm de seus fornecedores.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Em 2025, a Mills consolidou sua agenda ESG e reforçou sua reputação como referência no setor ao integrar sustentabilidade, responsabilidade social e governança à estratégia corporativa. Logo no início do ano, a empresa recebeu destaque internacional ao conquistar o prêmio de Sustentabilidade no International Awards for Powered Access (IAPA), reconhecimento alinhado à certificação B Corp e ao avanço contínuo em práticas socioambientais estruturadas. A publicação do Relatório Anual de Sustentabilidade apresentou, de forma transparente, as metas e os progressos realizados em 2024, além das ações previstas para diferentes horizontes de tempo.

No pilar ambiental, a Mills ampliou significativamente sua transição energética: 91% das filiais em alta tensão migraram para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 62% das demais filiais passaram a ser abastecidas por energia renovável. Avanços importantes foram registrados na mensuração e na transparência de impactos ambientais, com a conclusão do Inventário de Emissões 2024 — novamente certificado com selo ouro pelo GHG Protocol — e o início da coleta automatizada de

dados para o inventário de 2025. Também houve reporte anual ao CDP nas frentes de mudanças climáticas e recursos hídricos, consolidando aderência aos principais frameworks globais.

No aspecto social, o Programa TransFormar expandiu sua atuação e se consolidou como vetor central de impacto positivo da empresa. Ao longo de 2025, novas turmas foram abertas em diversas cidades, beneficiando mais de 116 jovens no ano e alcançando 317 formados desde o início do programa. Houve destaque para a promoção da diversidade: historicamente, 67% dos jovens formados são pessoas negras e 23% mulheres, com algumas turmas apresentando percentuais superiores — como 84% de pessoas negras em São Luís e quase 50% de refugiados e imigrantes em São José dos Pinhais. O programa também passou a envolver clientes e fornecedores em sua rede de impacto e integrou trilhas de desenvolvimento socioemocional.

No cuidado com os colaboradores, a Mills concluiu a implementação do Salário Digno para 100% da equipe, usando a metodologia Wage Indicator e ajustando pisos e benefícios. Houve avanços estruturados em desenvolvimento humano, formação de lideranças e promoção da diversidade, equidade e inclusão. A empresa também intensificou sua atuação institucional ao integrar movimentos e fóruns relevantes, como o Pacto Global, o Fórum de Empresas com Refugiados e o grupo de trabalho de Empresas e Direitos Humanos do Instituto Ethos. Pelo terceiro ano consecutivo, manteve presença no índice IDiversa B3.

Na governança, a Mills atualizou sua Matriz de Materialidade a partir de um processo participativo envolvendo públicos internos e externos. A nova matriz passa a orientar o próximo ciclo estratégico de sustentabilidade, refletindo tendências emergentes, expectativas regulatórias e riscos socioambientais relevantes. A Companhia também avançou na preparação para adoção das normas IFRS S1 e IFRS S2, regulamentadas no Brasil pela Resolução CVM 193. Em 2025, iniciou-se o mapeamento dos riscos e oportunidades climáticas que subsidiarão a matriz de riscos climáticos a ser divulgada em 2026.

Ainda no âmbito de práticas globais, a Mills aderiu ao EcoVadis e realizou seu primeiro reporte ao Corporate Sustainability Assessment (CSA) da S&P Global. O ano encerrou com a indicação como finalista do 27º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, consolidando a evolução da transparência e qualidade das informações divulgadas ao mercado.

Em relação aos indicadores sociais, em 2025 a empresa manteve o compromisso com diversidade, atingindo 26% de mulheres e 46% de pessoas negras no quadro geral. A chegada de novos talentos refletiu forte presença feminina na base da organização: 57% das pessoas estagiárias e aprendizes eram mulheres, movimento impulsionado pelo Programa TransFormar e por ações afirmativas nos processos de atração e seleção.

A Mills encerrou 2025 com emissões totais de 165.847,19 tCO₂e, uma redução de 2,31% em relação a 2024, impulsionada principalmente pela queda de 2,42% no Escopo 3, que representa cerca de 97% das emissões da Companhia, e pela redução de 19,9% no Escopo 2, resultado direto da expansão do uso de energia renovável. Mesmo com crescimento operacional, ampliação da frota

e a incorporação da Next Rental, a empresa conseguiu estabilizar as emissões do Escopo 3, embora a categoria mais material — o uso dos equipamentos pelos clientes — tenha crescido devido ao aumento do volume locado. Esse segmento segue como principal foco da estratégia de descarbonização, orientando ações estruturadas como eletrificação da frota, uso de combustíveis de menor emissão, capacitação e orientação de clientes por meio de relatórios operacionais e o fortalecimento de parcerias com fabricantes para adoção de soluções tecnológicas de menor impacto.

Paralelamente, a intensidade de emissões manteve trajetória consistente de queda, passando de 103,3 em 2024 para 90,2 tCO₂e por milhão de reais de receita líquida em 2025, uma redução de 12,7%, acumulando melhora de 19,5% desde 2022 e 23,8% em relação ao pico de 2023. Esses resultados refletem avanços estruturais em eficiência operacional, transição energética, processos de mensuração e gestão climática, além do contínuo fortalecimento do alinhamento às metas de descarbonização aprovadas pela SBTi, que orientam a estratégia climática de longo prazo da Companhia.

Para 2026, a Mills seguirá avançando na execução de sua agenda estratégica, orientada pela nova Matriz de Materialidade e pela consolidação do mapeamento de riscos e oportunidades climáticas. A empresa continuará se preparando para o reporte completo conforme IFRS S1 e S2 e buscará aprofundar iniciativas ambientais, como eletrificação, descarbonização e circularidade. No âmbito social, ampliará o Programa TransFormar, fortalecerá o clima organizacional e seguirá promovendo uma cultura de segurança e cuidado. Entre os desafios reconhecidos estão a descarbonização do uso de equipamentos pelos clientes, a consolidação e integração de dados de Escopo 3 e a preparação para processos de verificação independente das divulgações ESG.

Com bases sólidas e uma agenda consolidada, a Mills entra em 2026 reforçando a sustentabilidade como pilar de competitividade, inovação, resiliência e geração de valor de longo prazo.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional no último exercício social e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO 2 - Proposta de Destinação do Lucro Líquido

(em conformidade com o Anexo A da Resolução CVM n.º 81/22)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 301.263.927,76 (trezentos e um milhões, duzentos e sessenta e três mil e novecentos vinte e sete reais e trinta e seis centavos), dos quais, R\$ 300.845.531,04 (trezentos milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e trinta e um reais e quatro centavos) atribuídos aos acionistas controladores que, deduzida a importância de R\$ 15.042.276,55 (quinze milhões, quarenta e dois mil e duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), destinada à reserva legal da Companhia, corresponde a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A, perfaz um lucro líquido ajustado no montante de R\$ 285.803.254,49 (duzentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e três mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

O quadro abaixo sumariza o cálculo do lucro líquido ajustado, base para proposição de dividendos, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Descrição	Valor em R\$
Lucro líquido do exercício	300.845.531,04
Reserva legal	15.042.276,55
Lucro líquido ajustado	285.803.254,49

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Descrição	Valor em R\$
Lucro líquido do exercício	300.845.531,04
Reserva legal (5%)	15.042.276,55
Lucro líquido ajustado	285.803.254,49
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	71.450.813,62
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos/distribuídos:	255.112.132,00
Dividendos distribuídos	150.000.000,00
Juros sobre o capital próprio distribuídos	105.112.132,00
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(8.324.818,89)
Juros sobre o capital próprio distribuídos, líquidos	96.787.313,11
Dividendo mínimo obrigatório	71.450.813,62
Total distribuído	255.112.132,00
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	89%

**Dividendos e juros sobre o capital próprio bruto por ação,
líquidos das ações em tesouraria no final do exercício (em R\$)**

1,125746

Considerando que o montante já declarado aos Acionistas ao longo de 2025 a título de juros sobre o capital próprio e dividendos alcançou o valor de R\$ 255.112.132,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e doze mil e cento e trinta e dois reais) e atingiu 85% do lucro líquido do exercício de 2025, após a constituição da reserva legal.

Tendo em vista que a Companhia realiza o pagamento de juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços trimestrais, a quantidade de ações considerada para o cálculo do valor de juros sobre o capital próprio por ação varia ao longo do ano.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

85%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Descrição	Valor em R\$
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos/distribuídos:	255.112.132,00
Dividendos distribuídos	150.000.000,00
Juros sobre o capital próprio distribuídos	105.112.132,00
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(8.324.818,89)
Juros sobre o capital próprio distribuídos, líquidos	96.787.313,11
Dividendo mínimo obrigatório	71.450.813,62
Total distribuído	255.112.132,00
Juros sobre o capital próprio bruto por ação, líquidos das ações em tesouraria no final do exercício (em R\$)	0,464000
Dividendos por ação, líquidos das ações em tesouraria no final do exercício (em R\$)	0,661738

A Companhia não possui ações preferenciais.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Os juros sobre capital já foram pagos, de acordo com as informações prestadas no item 6, e os dividendos serão creditados aos acionistas em 30 de abril de 2026, e

terão como data-base de cálculo a posição acionária de 20 de abril de 2026 (*record date*), incluindo as negociações realizadas em tal data. A partir de 22 de abril de 2026 (inclusive), as ações de emissão da Companhia serão negociadas “ex” Dividendo. O valor líquido por ação estimado nesta data do Dividendo a ser pago é equivalente a R\$ 0,661738 por ação, excluindo as ações em tesouraria

Ainda, os juros sobre o capital próprio, declarados ao longo de 2025, foram integralmente pagos nas datas previstas na tabela do item 6(a) abaixo.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, tendo em vista que não houve e não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Vide comentário do item 5, “a”.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não houve declaração de dividendos com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores. Os juros sobre o capital próprio foram declarados com base em lucros apurados em balanços trimestrais e estão descritos abaixo:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Proventos em dinheiro declarados para o exercício social findo em 31/12/2025

Data de aprovação pelo Conselho de Administração	Valor total aprovado (em R\$)	Valor por ação (em R\$)	Data da posição acionária	Data de pagamento
23/12/2025	150.000.000,00	0,661738447	20/04/2026	30/04/2026
11/11/2025	42.538.217,64	0,187661161	17/11/2025	27/11/2025
12/08/2025	48.904.247,60	0,215745473	19/08/2025	29/08/2025
08/04/2025	13.669.666,76	0,060601627	11/04/2025	25/04/2025
Total	255.112.132,00			

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Vide informações no item (a) acima.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercício Social	2025	2024	2023	2022
Lucro líquido ajustado (R\$)	285.803.254,49	270.646.095,71	277.929.966,97	216.511.936,17
Lucro líquido por ação (R\$)	1,22045	1,15573	1,12848	0,87903

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercício Social	2025	2024	2023	2022
Dividendos (R\$)	150.000.000,00	32.310.778,22	1.596.215,35	1.208.092,16
Juros sobre o capital próprio (R\$)	105.112.132,00	111.079.577,52	70.725.028,23	50.213.492,68
Total de dividendos/JCP do exercício (R\$)	255.112.132,00	143.390.355,74	72.321.243,58	51.421.584,84
Total de dividendos/JCP do exercício (por ação) (R\$)	1,125746	0,612313	0,293620	0,21353856

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

O montante destinado a reserva legal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 15.042.276,55 (quinze milhões, cinquenta e nove mil, quinhentos e treze reais e sessenta e sete centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Descrição	Valor em R\$
Lucro líquido do exercício	300.845.531,04
% de destinação para reserva legal	5%
Reserva legal	<u>15.042.276,55</u>

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro; dos lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, se assim for determinado pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 10, Parágrafo 2º deste Estatuto Social. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na

constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é realizado da seguinte forma, de acordo com o artigo 31, do estatuto social da Companhia:

“Artigo 31 - As ações representativas do capital social receberão como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos dos incisos I e II do artigo 202 da Lei 6.404/76, ficando o saldo à disposição da Assembleia Geral que, respeitadas as prescrições legais, deliberará a respeito de seu destino.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente pela Companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há dividendo obrigatório retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Item não aplicável, uma vez que não haverá retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

A proposta da Administração, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária, é a destinação de 100% dos lucros remanescentes de 2025 no montante de R\$ 30.691.122,49, (trinta milhões, seiscentos e noventa e um mil e cento e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos).

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

O montante refere-se a lucros remanescentes de 2025.

c. Como o montante foi calculado

Descrição	Valor em R\$
Lucro líquido do exercício	300.845.531,04
Reserva legal (5%)	<u>15.042.276,55</u>

Lucro líquido ajustado	285.803.254,49
Juros sobre capital próprio bruto	105.112.132,00
Dividendo mínimo obrigatório	150.000.000,00
Lucros a realizar	<u>30.691.122,49</u>

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Item não aplicável, uma vez não haverá destinação de resultado para reserva estatutária.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para constituição de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO 3 – Informações dos Candidatos ao Conselho de Administração

(itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência – na forma do artigo 11 da Resolução CVM n.º 81/22)

INFORMAÇÕES DOS ITENS 7.3 E 7.4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: informações inseridas nas tabelas abaixo

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF/Número do Passaporte	Cargo	Data da Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos e Funções exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador	Membro Independente	Data de início do primeiro mandato
Roberto Pedote	24/02/1967	Bacharel em Direito e Administrador Público	115.324.298-27	Copresidente do Conselho	26/04/2024	26/04/2024	Até AGO de 2026	Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos E Membro do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade	Sim	Não Aplicável	28/04/2016
Francisca Kjellerup Nacht	28/12/1970	Administradora de empresas	124.175.657-06	Copresidente do Conselho	26/04/2024	26/04/2024	Até AGO de 2026	Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos E Membro do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade	Sim	Não Aplicável	25/04/2014
Christian Orga Orglmeister	31/01/1974	Engenheiro	165.972.718-90	Membro independente do Conselho de Administração	03/11/2025	03/11/2025	Até AGO de 2026	Membro do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade	Não	Sim, é membro independente, conforme definição vigente nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.	03/11/2025
Juan Jorge Eduardo Oxenford	25/01/1969	Administrador de empresas	AAB304772	Membro do Conselho de Administração	26/04/2024	26/04/2024	Até AGO de 2026	Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos	Indicado pela Sullair Argentina S.A.	Não Aplicável	10/05/2019
Eduardo Luiz Wurzmann	03/12/1965	Economista	085.702.598-83	Membro do Conselho de Administração	26/04/2024	26/04/2024	Até AGO de 2026	Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos	Não	Não Aplicável	26/04/2018
Marise Ribeiro Barroso				Membro do		26/04/2024	Até AGO de	Membro do	Sim	Não Aplicável	03/08/2020

	14/06/1063	Bacharel em Comunicação Social	795.146.007-97	Conselho de Administração	26/04/2024		2026	Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade			
Pedro Henrique Chermont de Miranda	24/08/1973	Engenheiro Mecânico	023.120.657-70	Membro independente do Conselho de Administração	26/04/2024	26/04/2024	Até AGO de 2026	Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos	Não	Sim, é membro independente, conforme definição vigente nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.	16/11/2021
Sebastian Agustin Villa	15/03/1974	Economista	709.990.061-77	Membro do Conselho de Administração	26/04/2024	26/04/2024	Até AGO de 2026	Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos	Sim	Não Aplicável	03/01/2022

Roberto Pedote - 115.324.298-27

Sr. Roberto Pedote é formado em Administração Pública pela FGV, Direito pela USP e MBA pela Universidade de Michigan. Membro do Conselho da Mills desde abril de 2016. Atua também como conselheiro do Banco ABC Brasil, Presidente do Conselho Deliberativo do WWF Brasil e conselheiro da 42 SP. De 2015 a 2018 atuou no Insper como vice-presidente responsável pelos programas de educação executiva e Pós-Graduação Lato Sensu. Trabalhou entre 2008 e 2015 na Natura como vice-presidente (CFO) de Finanças, Jurídico, Relações com Investidores e Relações Institucionais. Trabalhou 2 anos na Nokia como CFO (2006 e 2007). Começou sua carreira profissional na Unilever em 1990 como trainee e atuou por 17 anos em diferentes processos, negócios e países (Brasil, Chile e Inglaterra), sendo sua última função CFO da área de alimentos no Brasil. Atua na liderança de single family office Heuris, e também como coach executivo e mediador de conflitos.

O Sr Roberto Pedote não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Francisca Kjellerup Nacht - 124.175.657-06

A Sra. Francisca Kjellerup Nacht é formada em Administração de Empresas e Economia pela Copenhagen Business School, Dinamarca, em 1995. Neta do Sr. José Nacht, um dos fundadores da companhia, Francisca Nacht construiu sua carreira profissional baseada na Europa, onde mora desde 1990. Entre 1997 e 2010 Francisca fez carreira na Procter & Gamble, até ingressar na governança familiar em 2011. Hoje atua como Copresidente do Conselho da Mills, é Chairman do Comitê de Acionistas da Família Nacht, conselheira do FBN - Family Business Network International, a maior associação global de famílias empresárias, e copresidente do FBN - Family Business Network Denmark.

A Sra. Francisca Kjellerup Nacht não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Christian Orglmeister – 165.972.718-90

O Sr. Christian Orga Orglmeister possui mais de 30 anos de experiência como executivo e consultor, atuando em empresas privadas, grupos familiares, no setor público e no terceiro setor. Até 2018, foi Sócio Sênior e Managing Director do Boston Consulting Group (BCG) no Brasil. De 2018 a 2025, ocupou o cargo de Vice-Presidente Executivo da Suzano, liderando as áreas de Estratégia, Pessoas & Cultura (RH), Tecnologia da Informação, Digital, Comunicação & Marca, Novos Bionegócios e Suzano Ventures. Além das funções executivas, foi membro do Comitê de Pessoas do Conselho de Administração da Suzano e do Hospital Alemão Oswaldo Cruz. Atualmente, integra o Conselho Consultivo do Instituto Ayrton Senna. É engenheiro de produção formado pela FEI e possui MBA internacional em Administração pela London School of Economics (LSE), New York University (NYU) e HEC Paris.

O Sr. Christian Orga Orglmeister não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. É membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Juan Jorge Eduardo Oxenford – AAB304772

O Sr. Juan Jorge Eduardo Oxenford nasceu na Argentina. É membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Sullair Argentina S.A. desde janeiro de 2007, Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Industria S.A. desde Março de 2015, e Hatrick Energy desde Janeiro de 2020.

O Sr. Juan Jorge Eduardo Oxenford não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Eduardo Luiz Wurzmann - 085.702.598-83

O Sr. Eduardo Luiz Wurzmann é graduado em economia pela USP em 1987, concluiu seu MBA em finanças pela University of Illinois em 1991 e é Fellow do Henry Crown Program do Aspen Institute, tendo concluído o curso em 2005. Entre 1991 e 1993, trabalhou no Banco de Investimentos Garantia em São Paulo, como analista de investimentos. Entre 1993 e 2000 trabalhou no banco de investimentos francês Credit Agricole Indosuez Securities, no Brasil e na Rússia, onde foi Managing Director. Entre 2000 e 2011 atuou também como CEO do Grupo Ibmecc Educacional, um dos maiores grupos educacionais do Brasil, com foco na área de economia e negócios. Em 2011 assumiu o cargo de Diretor Geral da H&R Block Brasil, líder mundial em preparação de declaração de imposto de renda para pessoas físicas, com mais de 26 milhões de clientes pelo mundo. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Yduqs S.A., da Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A., é membro do Conselho de Administração e membro do comitê de educação e ensino do HIAE - Hospital Israelita Albert Einstein, investidor de startups de educação e diretor da Associação de Amigos Brasileiros da Universidade de Tel Aviv; membro do Board of Governors da Tel Aviv University.

O Sr. Eduardo não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Marise Ribeiro Barroso - 795.146.007-97

Sra. Marise Barroso é formada em Comunicação Social e mestre em Administração de Empresas, com experiência profissional executiva em grandes organizações de diferentes segmentos como Bens de Consumo, Varejo, Tecnologia, Mídia e Construção Civil, dentro e fora do Brasil. Desenvolveu sua carreira nas áreas de Marketing & Vendas, Desenvolvimento de Negócios e Sustentabilidade, assumindo diversas posições de liderança, como Diretora, VP e CEO. Atualmente é membro titular do Conselho de Administração de quatro empresas.

A Sra. Marise Barroso não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Pedro Henrique Chermont de Miranda - 023.120.657-70

O Sr. Pedro é graduado em Engenharia Mecânica pela PUC-RJ. É (i) Sócio Fundador da Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda., gestora de investimentos em ações no Brasil (em Bolsa e Private Equity) fundada em 2008. (ii) Presidente do Conselho de Administração da Priner Serviços Industriais S.A., companhia aberta que atua no segmento de serviços industriais; (iii) membro da Câmara de Equities da B3. Atuou como Conselheiro de Administração de diversas companhias abertas e fechadas tais como: Grupo Pão de Açúcar, Saraiva Livreiros e Editores S.A., Mills Andaimos Tubulares do Brasil S.A., Globex Utilidades S.A., Rossi Residencial S.A, etc. Foi Sócio Diretor da Investidor Profissional (IP) Gestão de Recursos (1995 a 2008), gestora de investimentos.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999 ("Instrução CVM 301")." A Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. detêm mais de 5% da totalidade das ações ordinárias de emissão da Emissora.

Sebastian Agustin Villa - 709.990.061-77

O Sr. Sebastian Agustin Villa é sócio do Grupo Southern Cross, onde faz parte do Comitê Executivo e de Investimento, além de ser membro do Conselho de Administração das empresas investidas HotelDO, MMCinemas, Planigrupo LATAM, JAVER, Porto de Barranquilla e Tópico. Antes de ingressar no Southern Cross Group, o Sr. Villa trabalhou na Three Cities Research, uma empresa de private equity em NY. Também trabalhou para o Boston Consulting Group em seus escritórios em Buenos Aires e Santiago; além de ter trabalhado nos escritórios da Royal Dutch Shell em Buenos Aires. O Sr. Villa é formado em economia pela Universidad de San Andrés, em Buenos Aires, e possui MBA pela Columbia University.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Sebastian Augustin Villa não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Sebastian Augustin Villa declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM nº 301,

de 16 de abril de 1999 ("Instrução CVM 301"). O Grupo Southern Cross é detentor do SUN FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento que detêm mais de 5% da totalidade das ações ordinárias de emissão da Emissora e é vinculado à Acordo de Acionistas.

INFORMAÇÕES DO ITEM 7.5 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA:

Nome / Cargo / CPF ou CNPJ Administrador do emissor ou controlada	Nome / Cargo / CPF CNPJ Pessoa relacionada	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Francisca Kjellerup Nacht / Membro do Conselho de Administração / 124.175.657-06	Jytte Kjellerup Nacht / Controladora Direta da Companhia / 289.858.347-20	Mills Locação Serviços e Logística S.A.	27.093.558/0001-15	Mãe
Francisca Kjellerup Nacht / Membro do Conselho de Administração / 124.175.657-06	Andres Cristian Nacht / Controlador Direto da Companhia / 098.921.337-49	Mills Locação Serviços e Logística S.A.	27.093.558/0001-15	Pai
Francisca Kjellerup Nacht / Membro do Conselho de Administração / 124.175.657-06	Tomas Richard Nacht / Controlador Direto da Companhia / 042.695.577-37	Mills Locação Serviços e Logística S.A.	27.093.558/0001-15	irmão
Francisca Kjellerup Nacht / Membro do Conselho de Administração / 124.175.657-06	Antonia Kjellerup Nacht / Controladora Direta da Companhia / 073.165.257-62	Mills Locação Serviços e Logística S.A.	27.093.558/0001-15	irmã
Francisca Kjellerup Nacht / Membro do Conselho de Administração / 124.175.657-06	Pedro Kjellerup Nacht / Controlador Direto da Companhia / 127.276.837-66	Mills Locação Serviços e Logística S.A.	27.093.558/0001-15	irmão

INFORMAÇÕES DO ITEM 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: Não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais entre os candidatos apresentados para referida eleição e os administradores do emissor, administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, controladores diretos ou indiretos do emissor ou administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

ANEXO 4 – Informações dos Candidatos ao Conselho Fiscal

(itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência – na forma do artigo 11 da Resolução CVM n.º 81/22)

INFORMAÇÕES DO ITEM 7.3 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: vide tabelas

INFORMAÇÕES DO ITEM 7.4, DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: Não aplicável.

INFORMAÇÕES DO ITEM 7.5 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: Não existem relações conjugais, de união estável ou parentescos até o segundo grau entre os candidatos apresentados para referida eleição e os administradores do emissor, administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, controladores diretos ou indiretos do emissor ou administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

INFORMAÇÕES DO ITEM 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: Não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais entre os candidatos apresentados para referida eleição e os administradores do emissor, administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, controladores diretos ou indiretos do emissor ou administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

RUBENS BRANCO DA SILVA	
Data de Nascimento: 10/04/1950	Profissão: Advogado e Contador
CPF: 1200491 07-63	Cargo: Presidente do Conselho Fiscal
Data de Eleição: 25/04/2025	Data da Posse: 25/04/2025
Prazo do Mandato: Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Foi eleito pelo controlador? Sim
É Membro Independente? Não	Data de início dos mandatos consecutivos: 25/04/2019
<p>Experiência profissional e eventuais condenações:</p> <p>O Sr. Rubens Branco da Silva é advogado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e contador formado pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior. Foi profissional da Arthur Andersen por 29 anos. Foi durante 20 anos sócio encarregado da área de Tributos e Legal da Arthur Andersen. Sua experiência profissional inclui serviços de auditoria contábil, consultoria contábil-fiscal financeira, planejamento fiscal-financeiro, perícias e arbitragens atuando como Perito e como Árbitro, imposto de renda brasileiro, reestruturação societária, tributação internacional, tendo inclusive já atuado como expert witness na Corte Fiscal de Nova Iorque. No desempenho de suas atividades profissionais teve oportunidade de participar do corpo docente de inúmeros cursos internos de treinamento locais e internacionais, bem como cursos e seminários para terceiros tais como legislação fiscal, planejamento tributário, correção monetária e investimentos estrangeiros no Brasil, promovidos pelo Instituto Superior de Estudos Contábeis da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, Câmara de Comércio Americana para o Brasil, National Association of Accountants, Council of the Americas, New York, Tax Executives Institute-Chicago, etc. É membro da Câmara do Comércio Americano para o Brasil – Rio de Janeiro por mais de 30 anos tendo sido Chairman do Comitê de Assuntos Jurídicos em 1986 e 1987, Chairman do Comitê de Assuntos Internos de 1991 a 1996, e Presidente desta mesma Câmara em 1999 e 2000. Faz parte atualmente do seu corpo de Diretores. É Vice- presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem do Rio de Janeiro. Membro do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF), Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), da International Fiscal Association (IFA), do Comitê Jurídico e Tributário da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Membro do Conselho Consultivo da SR-Rating, ex-Vogal da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, ex-Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro-CRC-RJ e ex-Diretor Tesoureiro do IBEU, Conselheiro Fiscal da Mills e Instituto Atlântico. É autor do livro País dos Impostos. Foi considerado por quatro anos consecutivos como um dos melhores tributaristas da América do Sul pela publicação Inglesa International Tax Review. É, atualmente, Chairman da Branco Consultores Tributários Ltda e Socio sênior da Branco Advogados.</p> <p>O Sr. Rubens Branco da Silva não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.</p>	

PATRÍCIA VALENTE STIERLI	
Data de Nascimento: 06/09/1979	Profissão: Administradora de Empresas
CPF/Nº. 010.551.368-78	Cargo: Titular do Conselho Fiscal – membro Independente
Data de Eleição: N/A	Data da Posse: 24/04/2026
Prazo do Mandato: 24/04/2027	Foi eleito pelo controlador? Não
É Membro Independente? Sim	Data de início dos mandatos consecutivos: N/A

Experiência profissional e eventuais condenações

A Sra. Patrícia Valente Stierli é formada pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com MBA pela EAESP/FGV e especialização em Controladoria pela GVPEC. É certificada pelo IBGC como Conselheira de Administração, Conselheira Fiscal e Membro de Comitê de Auditoria, tendo também atuado como Administradora de Recursos de Terceiros perante CVM, Banco Central e ANBIMA até dezembro de 2017. Possui sólida experiência em governança corporativa, finanças e fiscalização, com mais de onze anos de atuação como conselheira de administração e fiscal em companhias abertas, inclusive como representante de acionistas minoritários. Atualmente, é membro do Conselho Fiscal da WEG S.A. e do FGC – Fundo Garantidor de Créditos, além de exercer a presidência do Conselho de Administração da Organização Gestora de Fundo Patrimonial da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês. Também integra, como membro suplente, os Conselhos Fiscais da Embraer S.A., Randon Corp e Três Tentos Agroindustrial S.A.

Ao longo de sua trajetória, integrou Conselhos Fiscais e de Administração de relevantes instituições e companhias, como Petrobras, Eletrobras, CSN, Braskem, Itaúsa, Invepar, Bardella, Pettenati, CIEE e Hospital Sírio-Libanês, tendo exercido, entre outras funções, a presidência de Conselho Fiscal e a posição de especialista financeira. Na experiência executiva, acumulou treze anos de atuação em gestão de recursos de terceiros, sendo seis deles como diretora estatutária, com foco em clientes institucionais e de varejo, governança corporativa e geração de valor em companhias investidas. Também possui oito anos de experiência como diretora administrativa-financeira, com responsabilidade sobre áreas de contabilidade, fiscal, orçamento, tesouraria, recursos humanos e estruturação de operações financeiras, incluindo direitos creditórios, debêntures, abertura de capital e fusões e aquisições. Adicionalmente, teve participação ativa em entidades de referência em governança e mercado de capitais, tendo integrado a Comissão de Finanças do IBGC entre 2015 e 2022, o CAC Conduta do IBGC em 2021 e o Comitê de Ações da ANBIMA até julho de 2015. Sua trajetória profissional inclui posições de liderança em instituições como Banco Fator, FAR – Fator Administração de Recursos, Santander Brasil Asset Management, Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. e Rede Zacharias de Pneus S.A.

A Sra. Patrícia Valente Stierli não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

RODRIGO FAGUNDES RANGEL	
Data de Nascimento: 25/07/1977	Profissão: Contador
CPF/Nº. 073.533.357-26	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho Fiscal
Data de Eleição: 25/04/2025	Data da Posse: 25/04/2025
Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Foi eleito pelo controlador? Sim
É Membro Independente? Não	Data de início dos mandatos consecutivos: 26/04/2018
<p>Experiência profissional e eventuais condenações</p> <p>O Sr. Rodrigo Fagundes Rangel, graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense, MBA em Controladoria também pela Universidade Federal Fluminense e MBA em Gestão Empresarial pela BSP – Business School São Paulo. Trabalhou como Controller Corporativo na Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A de 2012 até 2016. De 2017 a 2019 atuou como Diretor Financeiro e Administrativo da Yahsat Telecomunicações Ltda. e desde 2019 na Softys Brasil, multinacional Chilena presente em 8 países, atualmente como CFO, atuando no desenvolvimento do Business com a gestão Orçamentária e Business Plan; Contabilidade; Tributário; Custos; Tesouraria; IT; Controladoria, além do Planejamento Societário e Tributário. Foi conselheiro fiscal de 2016 a 2022 na Rohr S.A. Estruturas Tubulares, além de Presidente do Conselho Fiscal das empresas CLN - Concessionária Litoral Norte S.A. e GruAirport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. O Sr. Rodrigo Fagundes Rangel não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.</p>	

HENRY STANLEY DE OLIVEIRA CARPENTER	
Data de Nascimento: 27/06/1964	Profissão: Contador
CPF Nº. 759.571.407/91	Cargo Eletivo Ocupado: Conselheiro Fiscal Suplente
Data de Eleição: 25/04/2025	Data da Posse: 25/04/2025
Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Foi eleito pelo controlador? Sim
É Membro Independente? Não	Data de início dos mandatos consecutivos: 26/04/2018
<p>Experiência profissional e eventuais condenações</p> <p>O Sr. Henry Stanley de Oliveira Carpenter, graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior, com MBA pelo IBMEC, trabalhou de 2013 até 2016 como Controller na Saphyr Administradora de Centros Comerciais Ltda, e anteriormente na Telefônica Brasil S/A como Gerente de Controle e Comissionamento de Negócios. Atualmente é sócio-diretor na empresa Franco Lebrão Assessoria Contábil Ltda, sendo responsável pelos pareceres técnicos contábil e financeiros, consultoria fiscal, gestão da equipe contábil e financeira do escritório e revisor dos serviços prestados aos clientes. O Sr. Henry Stanley de Oliveira Carpenter não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.</p>	

DANIEL OLIVEIRA BRANCO SILVA	
Data de Nascimento: 21/11/1980	Profissão: Advogado
CPF N°. 0809684 67-52	Cargo Eletivo Ocupado: Conselheiro Fiscal Suplente
Data de Eleição: 25/04/2025	Data da Posse: 25/04/2025
Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária 2026	Foi eleito pelo controlador? Sim
É Membro Independente? Não	Data de início dos mandatos consecutivos: 25/04/2019
<p>Experiência profissional e eventuais condenações</p> <p>O Sr. Daniel Oliveira Branco Silva é advogado. Trabalha desde 2003 na Branco Consultores Tributários Ltda com o desenvolvimento de estruturas familiares com objetivo de reduzir a burocracia necessária em processos de sucessão, buscando, ao mesmo tempo, a redução da carga tributária incidente sobre toda a estrutura familiar; preparação de Declarações Fiscais; abertura de sociedades no Brasil; orientação para empresas nacionais e estrangeiras em matérias fiscais e planejamento de estruturas; revisões fiscais; orientação para investimentos estrangeiros e remessa de dividendos e reestruturação empresarial e patrimonial. Foi trainee, associado, gerente, diretor e, atualmente, é sócio. Trabalha também desde 2003 na Branco Advogados na elaboração de peças processuais, atuação em processos judiciais e administrativos, acompanhamento de processos administrativos e judiciais, sustentação oral, elaboração de pareceres sobre entendimento jurisprudencial e aplicação da legislação a casos concretos, orientação para cumprimento da legislação fiscal. Foi estagiário, associado, gerente, diretor e, atualmente, é sócio da Branco Consultores e Branco Advogados.</p> <p>Daniel Oliveira Branco Silva não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.</p>	

PATRÍCIA DINIZ DE PAIVA

Data de Nascimento: 01/02/1968	Profissão: Administradora de empresas
CPF N°. 965.846.297-91	Cargo Eletivo Ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de Eleição: 25/04/2026	Data da Posse: 25/04/2026
Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Foi eleito pelo controlador? Não
É Membro Independente? Sim	Data de início dos mandatos consecutivos: N/A

Experiência profissional e eventuais condenações

Patrícia Diniz de Paiva é uma executiva financeira com sólida experiência desenvolvida em empresas multinacionais e brasileiras de grande porte, com atuação nos setores de consumo cíclico, distribuição, agricultura e automotivo. Possui mais de 20 anos de experiência em diretoria estatutária, com atuação estratégica e responsabilidade pelas áreas financeira e administrativa, incluindo planejamento, gestão de receitas, finanças para marcas, vendas, operações e suprimentos, tesouraria, tributos, contabilidade, reporte e comunicação ao mercado, crédito e cobrança, jurídico, compliance, controles internos, auditoria e tecnologia da informação.

É bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Administração de Empresas com especialização em Finanças e Estratégia pela COPPEAD/UFRJ, possui formação executiva em Direito Societário pela PUC-IAG, formação em Governança Corporativa e Mercado de Capitais para Mulheres pela *Columbia University*, *BI International* e WCD, além de ter participado do Programa de Diversidade em Conselho do IBGC. É certificada pelo IBGC como membro de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, além de ser CFA *Charterholder*.

Ao longo de sua trajetória, liderou iniciativas voltadas ao desenvolvimento de equipes, revisão de ciclos de planejamento, implementação de programas de redução de custos e orçamento base zero, reestruturações corporativas com impacto em modelo de negócios, sinergias, otimização tributária e gestão de caixa, além do fortalecimento de controles internos, eficiência operacional, gestão de riscos e contingências e desenvolvimento de tecnologia como pilar de crescimento, eficiência e controle. Também atuou na melhoria de vendas, investimentos em marcas e precificação, bem como na definição de estrutura de capital, gestão de endividamento, capital de giro e *capex*.

A Sra. Patrícia Diniz de Paiva, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

ANEXO 5 – Informações sobre a Remuneração dos Administradores

8.1 Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração dos Administradores aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 15 de março de 2022, a qual estabelece, entre outras coisas, as diretrizes para a remuneração de seus membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (“Política de Remuneração”). A política pode ser consultada no website da CVM e de relações com investidores da Companhia (ri.mills.com.br).

Os princípios de remuneração da Mills são alinhados aos propósitos e valores da Companhia. Suas premissas são baseadas na criação de valor sustentável e de longo prazo para a Companhia, seus acionistas e demais stakeholders, reforçando as melhores práticas de mercado para atrair, reter e desenvolver seus profissionais frente aos desafios de mercado.

Os critérios de remuneração reforçam o compromisso da Mills (i) com a não discriminação; (ii) com a promoção da meritocracia e do respeito; e (iii) com a equidade entre profissionais de posições equivalentes, independente de gênero, idade, raça, orientação sexual, religião ou qualquer outra condição.

Visando sempre manter a competitividade junto ao mercado, os níveis de remuneração são balizados em práticas de mercado, obtida periodicamente através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, das quais são selecionados painéis específicos de companhias que reflitam uma combinação das seguintes características: (i) porte; (ii) faturamento; e (iii) o setor de atuação. A Companhia procura manter a sua prática de remuneração dos membros dos seus órgãos da Administração e Conselho Fiscal atualizada e competitiva. Para tanto, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado. Eventualmente, são realizadas pesquisas específicas para determinados cargos visando tornar ainda mais precisas as análises. O Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade são responsáveis por analisar as pesquisas de mercado e fazer eventuais recomendações a serem encaminhadas ao Conselho de Administração, bem como analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração acerca da estratégia, das políticas e das práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia em relação à remuneração dos órgãos de governança da Companhia.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O Comitê de Gente e Gestão e Sustentabilidade (“Comite”) é o órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, submetido à legislação em vigor e à regulamentação

aplicáveis, ao disposto no Estatuto Social da Companhia e seu respectivo Regimento Interno, que disciplina o seu funcionamento.

O Comitê, tem por objetivo (i) recomendar ao Conselho de Administração estratégias da área de Gente e Gestão referentes ao desenvolvimento organizacional, planejamento e desenvolvimento de pessoas, remuneração e benefícios dos funcionários e administradores da Companhia, de forma a compatibilizar as suas práticas com as do mercado, visando assegurar a atração e retenção dos melhores profissionais disponíveis no mercado e o contínuo desenvolvimento dos recursos humanos da Companhia; e (ii) assessorar o Conselho de Administração na definição de diretrizes que orientam a atuação da Companhia em sustentabilidade, baseadas em uma agenda de desenvolvimento do negócio pautada pela integração entre os aspectos econômicos, ambientais, sociais, de governança (ESG) e de relacionamento com o seu ecossistema.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A Companhia sempre que necessário contrata pesquisas de mercado com empresas do segmento, para fazer benchmarking ou para fazer uma análise do seu mercado como um todo, com o objetivo de obter estudos, práticas, prever tendências, a fim de manter a remuneração e políticas de benefícios equalizadas junto ao mercado, sendo assim, a partir dessas diretrizes, todas as propostas de remuneração e políticas de benefícios dos executivos da companhia, são submetidas a avaliação final do Conselho de Administração antes de qualquer alteração.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração avalia no mínimo anualmente a adequação da Política de Remuneração e, principalmente, a atualização e/ou aplicabilidade da prática adotada.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária e não Estatutária possui incentivos variáveis de curto e longo prazo com base no desempenho, além de um salário base fixo, conforme detalhado a seguir.

Salário e pro-labore

A remuneração fixa dos diretores estatutários e não estatutários tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, considerando os competidores da Companhia e empresas de porte similar ao seu em termos de faturamento bruto. A comparação com remuneração do mercado é realizada por pesquisa de mercado conduzida por consultoria contratada ou através de banco de dados comprado de uma consultoria. A empresa continua com seus estruturados programas de incentivo de curto prazo (ICP) e incentivo de longo prazo (ILP), para adequação da remuneração junto ao mercado.

No caso do Conselho de Administração da Companhia (e, conseqüentemente, dos Comitês de Assessoramento), a remuneração fixa é determinada discricionariamente pela assembleia geral,

sem guardar relação com a política de remuneração aplicável aos diretores e demais colaboradores da Companhia. A remuneração fixa é paga mensalmente, independentemente da quantidade de reuniões do colegiado. Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis a benefícios ou remuneração variável e poderão renunciar a sua remuneração mediante comunicação ao Presidente/Co-Presidente do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração que participam de Comitês de Assessoramento fazem jus à remuneração individual mensal equivalente a 50% da remuneração individual mensal dos membros do Conselho de Administração da Companhia, independentemente da quantidade de Comitês que participarem. O Presidente/Co-Presidente do Conselho de Administração não são elegíveis a remuneração adicional em caso de participação nos Comitês.

Os membros do Conselho Fiscal, fazem jus a remuneração individual fixada pela Assembleia Geral, que não pode ser inferior a 10% da remuneração média individual da Diretoria Estatutária, correspondente ao mínimo fixado na lei § 3º do art. 162, da LSA. Desta forma, a remuneração não guarda relação com a política de remuneração aplicável aos Diretores e demais colaboradores da Companhia.

Benefícios diretos e indiretos

Concedidos exclusivamente aos membros da Diretoria, os benefícios diretos e indiretos compreendem assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, comodato de automóvel, check-up executivo Bianual, auxílio- refeição e auxílio combustível. Têm por objetivo garantir a competitividade no mercado. A comparação com benefícios do mercado é realizada por pesquisa de mercado conduzida por consultoria contratada ou através de banco de dados comprado de uma consultoria. Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento não fazem jus a quaisquer benefícios diretos e indiretos.

Participação no resultado e bônus

Concedidas aos diretores estatutários e não estatutários, a participação no resultado da Companhia e/ou bônus tem por objetivo incentivar a administração a conduzir com êxito os negócios da Companhia, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos administradores com os dos acionistas. Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento.

Outorga de ações restritas

Concedidas aos membros da Diretoria, a outorga de ações restritas tem por objetivo incentivá-los a conduzir com êxito os negócios da Companhia, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos diretores estatutários e não estatutários com os dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento não fazem jus à remuneração baseada em ações ou participação nos resultados da Companhia.

Segue demonstrado nas tabelas abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total de cada órgão em relação aos três últimos exercícios sociais:

2025 - % em relação a remuneração total do valor pago a título de

	Salário e Pró-labore ¹	Benefícios diretos e indiretos	Bônus ¹	Participação no resultado	Outorga de opções	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Diretoria estatutária	25,23%	6,09%	0,96%	15,06%	52,66%	100%
Comitê de Assessoramento	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%

¹ considera encargos.

2024 - % em relação a remuneração total do valor pago a título de

	Salário e Pró-labore ¹	Benefícios diretos e indiretos	Bônus ¹	Participação no resultado	Outorga de opções	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Diretoria estatutária	30,86	6,52%	0,76%	18,10%	43,76%	100%
Comitê de Assessoramento	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%

¹ considera encargos.

2023 - % em relação a remuneração total do valor pago a título de

	Salário e Pró-labore ¹	Benefícios diretos e indiretos	Bônus ¹	Participação no resultado	Outorga de opções	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria estatutária	29,66%	5,43%	0,42%	18,47%	46,03%	100,00%
Comitê de Assessoramento	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

¹ considera encargos.

A parcela fixa da remuneração paga aos membros da Diretoria é determinada de acordo com os padrões de mercado, sendo reajustada anualmente em níveis usuais para acompanhar a perda de valor da moeda ou a título de mérito por desempenho.

Desde 2018, a Companhia adota o Programa de Participação nos Resultados (“Programa”), que é assegurado a todos os seus colaboradores. O Programa foi baseado em modelo usual de mercado, no qual múltiplos salariais de premiação individual são definidos no início do ciclo com base na estratégia de remuneração. Os múltiplos alvo são atrelados a indicadores e metas de desempenho. Além disso, são utilizados gatilhos e travas que asseguram que só ocorram pagamentos caso haja geração de recursos necessários.

Com relação ao plano de outorga de opções de compra ou subscrição de ações, assegurado aos membros da Diretoria, a quantidade de opções outorgadas é definida pelo Conselho de Administração, com base, entre outros, no mérito pelo desempenho e resultado obtido.

Adicionalmente, em outubro de 2022 o Conselho de Administração aprovou a criação do Programa Extraordinário de Ações Restritas sob os termos do Plano de Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Em 18 de julho de 2018, foi aprovado o Plano de Incentivo da Companhia, posteriormente aditado em 25 de abril de 2025 (“**Plano**”), que prevê possibilidade tanto de outorga e concessão de ações restritas quanto de opções de compra de ações de emissão da Companhia a todos os administradores e empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle.

No caso do Conselho de Administração da Companhia (e, conseqüentemente, dos Comitês de Assessoramento), a remuneração é fixa, em montante determinado discricionariamente pela assembleia geral, sem guardar relação com a política de remuneração aplicável aos diretores e demais colaboradores da Companhia e, portanto, não há um objetivo da política ou prática de remuneração para o referido órgão. A remuneração é determinada com o objetivo de reter profissionais experientes e qualificados, que auxiliem a Companhia aos atingimentos de seus objetivos.

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus à remuneração equivalente a 10% da remuneração média da diretoria estatutária, correspondente ao mínimo fixado em lei. Desta forma, sua remuneração também não guarda relação com a política de remuneração aplicável aos diretores e demais colaboradores da Companhia e, portanto, não há um objetivo da política ou prática de remuneração para o referido órgão. Inexiste, assim, qualquer metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Os principais indicadores financeiros de desempenho para a determinação da parcela variável da remuneração dos administradores são o EBITDA, o Fluxo de Caixa e o EVA. A parcela variável da remuneração dos administradores é determinada a partir do atingimento dos indicadores financeiros na Companhia e das metas na unidade de negócio/área sob sua responsabilidade.

A remuneração fixa paga mensalmente aos membros da Diretoria se alinha aos interesses da Companhia de curto prazo de atrair e reter profissionais qualificados. Já a participação nos resultados e a outorga de opções de compra de ações e o programa de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações restritas se alinham aos interesses da Companhia de médio e longo prazo de incentivar a administração a conduzir com êxito os negócios da Companhia, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, na medida em que tanto os acionistas quanto os diretores se beneficiam de melhoras no resultado e aumentos na cotação de mercado das ações.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Para os membros da Diretoria, a política visa a remuneração dos profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

No caso do Conselho de Administração da Companhia (e, conseqüentemente, dos Comitês de Assessoramento), a remuneração é fixa, em montante determinado discricionariamente pela assembleia geral, sem guardar relação com a política de remuneração aplicável aos diretores e demais colaboradores da Companhia e, portanto, não há um objetivo da política ou prática de remuneração para o referido órgão. A remuneração é determinada com o objetivo de reter profissionais experientes e qualificados, que auxiliem a Companhia aos atingimentos de seus objetivos. Os membros do Conselho Fiscal fazem jus à remuneração equivalente a 10% da remuneração média da diretoria estatutária, correspondente ao mínimo fixado em lei. Desta forma, sua remuneração também não guarda relação com a política de remuneração aplicável aos diretores e demais colaboradores da Companhia e, portanto, não há um objetivo da política ou prática de remuneração para o referido órgão. Inexiste, assim, qualquer metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Para os membros da Diretoria, a parcela variável justifica-se pelo foco da Companhia em resultados, práticas de mercado e pelo objetivo de alinhar os interesses dos administradores com os dos acionistas da Companhia.

(iii) membros não remunerados

Todos os membros da Diretoria, Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento e Conselho Fiscal são remunerados, excetuando-se os diretores no que tange à sua eventual participação em comitês de assessoramento

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração de administradores estatutários suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável. Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social até 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	3,00	19,00
Salário ou pró-labore	5.040.000,00	9.850.644,83	365.148,00	15.255.792,83
Benefícios diretos e indiretos	0,00	2.489.029,03	0,00	2.489.029,03
Participação em comitês	1.360.800,00	0,00	0,00	1.360.800,00
Outros * Sem Encargos				
Descrição de outras remunerações fixas				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	6.219.975,44		6.219.975,44
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros * Sem Encargos	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	20.974.671,71	0,00	20.974.671,71
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com	O número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado	

	mensalmente, com duas casas decimais.	duas casas decimais.	mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	6.400.800,00	39.534.321,00	365.148,00	46.300.269,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,92	3,00	19,92
Nº de membros remunerados	8,00	8,92	3,00	19,92
Remunerações Fixas				
Salário ou pró-labore	4.439.999,76	9.779.118,43	347.760,00	14.566.878,19
Benefícios diretos e indiretos	0,00	2.360.812,27	0,00	2.360.812,27
Participação em comitês	1.200.000,24	0,00	0,00	1.200.000,24
Outros * Sem Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remunerações Variáveis				
Bônus	0,00	371.231,28		371.231,28
Participação de resultados	0,00	5.839.005,57		5.839.005,57
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros * Sem Encargos	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	20.412.184,03	0,00	20.412.184,03

Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	5.640.000,00	38.762.351,58	347.760,00	44.750.111,58

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,33	3,00	19,33
Nº de membros remunerados	8,00	8,33	3,00	19,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.253.999,88	9.194.984,47	347.760,00	13.796.744,35
Benefícios diretos e indiretos	-	1.942.118,69	-	1.942.118,69
Participação em comitês	1.140.000,30	-	-	1.140.000,30
Outros * Sem Encargos	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	22.7387,70		22.7387,70
Participação de resultados	0	5.392.607,40		5.392.607,40
Participação em reuniões	0	0		0
Comissões	0	0		0
Outros * Sem Encargos	0	0		0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0

Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	13.039.528,37	0	13.039.528,37
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	5.394.000,18	29.796.626,64	347.760,00	38.719.438,34

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.906.000	8.112.204	365.148	12.383.352
Benefícios diretos e indiretos	0	1.570.284	0	1.570.284
Participação em comitês	1.020.600	0	0	1.020.600
Outros * Sem Encargos				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	7.422.920	0	7.422.920
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0

Outros * Sem Encargos				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	11.771.636	0	11.771.636
Observação	o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	4.926.600	28.877.044	365.148	34.168.792

8.3 - Remuneração variável por órgão

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração variável do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, e prevista para 2026, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável;

(ii) prevista para o exercício social corrente (31 de dezembro de 2026).

31/12/2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	3,00	19,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	6.219.975,44	-	6.219.975,44

31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,92	3,00	19,92
Nº de membros remunerados	8,00	8,92	3,00	19,92
Bônus				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	371.231,28	-	371.231,28
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	5.839.005,57	-	5.839.005,57

31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,33	3,00	19,33
Nº de membros remunerados	8,00	8,33	3,00	19,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	227.387,70	-	227.387,70
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	5.392.607,40	-	5.392.607,40

31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	106,809	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	4.749.034	0,00	4.749.034

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Incentivo de Longo Prazo - com Ações Restritas

(a) termos e condições gerais

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorga de ações restritas nos termos do Plano de Ações Restritas pessoas-chave da Companhia ou de sociedades sob o seu controle.

O Plano de Ações Restritas é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá, observadas as restrições previstas em lei, constituir um comitê especialmente criado para assessorá-lo na administração do Plano de Ações Restritas ou atribuir tal função a um comitê preexistente ("**Comitê**").

Nenhuma decisão do Conselho de Administração e/ou do Comitê poderá aumentar o limite total das ações restritas que podem ser objeto de outorga, conforme limites estabelecidos por este Plano de Ações Restritas, pelo Estatuto Social e pela Assembleia Geral da Companhia.

Obedecidas as condições gerais do Plano de Ações Restritas e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia terá amplos poderes e discricionariedade para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Ações Restritas e dos Programas de Ações Restritas, incluindo, mas não se limitando:

- (a) a decisão sobre todas e quaisquer providências relativas à administração deste Plano de Ações Restritas, detalhamento e aplicação das normas gerais ora estabelecidas, assim como a solução de dúvidas de interpretação do Plano de Ações Restritas;
- (b) o estabelecimento de critérios qualitativos e/ou quantitativos para a elegibilidade de Beneficiários e outorga das ações restritas nos termos deste Plano de Ações Restritas;
- (c) a eleição de Beneficiários e a autorização para outorga das ações restritas em seu favor, estabelecendo todas as condições da concessão das ações restritas, bem como a modificação de tais condições, quando necessário para adequação aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente;
- (d) a decisão quanto às datas em que serão concedidas as ações restritas, bem como quanto à oportunidade de sua outorga em relação aos interesses da Companhia, preservando os conceitos estabelecidos neste Plano de Ações Restritas;
- (e) o estabelecimento e a alteração dos Programas de Ações Restritas e dos termos do Contrato de Ações Restritas, a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário;
- (f) o estabelecimento e a modificação das datas em que as ações restritas poderão ser concedidas e os demais termos e condições de outorga e concessão; e
- (g) a análise de casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com, este Plano de Ações Restritas.

As deliberações do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de Ações Restritas.

O objetivo do plano é permitir que pessoas-chave da Companhia ou de sociedades sob o seu controle recebam, a título não oneroso, ações de emissão da Companhia, com vistas a: (i) criar um alinhamento de interesses entre a Companhia, seus acionistas, e colaboradores da Companhia e de sociedades sob o seu controle; (ii) incrementar a geração de resultados de sustentáveis; (iii) reforçar a orientação de longo prazo na tomada de decisões da Companhia; e (iv) retenção de talentos e pessoas-chave.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018 o Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia (“Plano de Ações Restritas”), e posteriormente aditado em 25 de abril de 2025 (“Plano”), que prevê possibilidade tanto de outorga e concessão de ações restritas quanto de opções de compra de ações de emissão da Companhia a todos os administradores e empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle;

(c) número máximo de ações abrangidas

As outorgas realizadas nos termos do Plano de Ações Restritas poderão conferir, durante todo o seu prazo de vigência um número de ações que não exceda 8.779.322 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme o item mencionado acima.

(e) condições de aquisição de ações

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente durante a vigência deste Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração da Companhia criará programas de outorga de ações restritas os quais determinarão, a seu critério o: (i) os Beneficiários em favor dos quais serão concedidas as ações restritas nos termos do Plano de Ações Restritas; (ii) o número de ações da Companhia a serem concedidas/conferidas; (iii) condições para o recebimento das ações restritas; (iv) regras sobre a transferência das ações restritas e quaisquer restrições às ações restritas recebidas; (v) as metas relacionadas ao desempenho dos Beneficiários ou à performance da Companhia ou das respectiva áreas; e (vi) quaisquer outras condições relativas a tais ações restritas, sempre observando os parâmetros estabelecidos neste Plano de Ações Restritas.

A outorga de ações restritas nos termos do Plano de Ações Restritas será realizada nos termos de cada Programa de Ações Restritas e, especificamente, mediante a celebração de contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso): (i) a quantidade de ações objeto de cada concessão; (ii) as condições para

recebimento das ações restritas, tais como metas e quaisquer outras condições (segundo parâmetros fixados nos respectivos Programas de Ações Restritas); (iii) o prazo de carência para transferência das ações restritas ao Beneficiário, se houver; e (iv) quaisquer outros termos e condições complementares ao quanto disposto no Plano de Ações Restritas ou no respectivo Programa de Ações Restritas (“**Contratos de Ações Restritas**”).

Os Contratos de Ações Restritas são elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Ações Restritas, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Para fins de cálculo do valor final da ação será calculado com base no preço da Ação no fechamento do pregão da B3 no primeiro Dia Útil do mês de maio.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Conforme descrito no item II (e) acima, o prazo de carência para transferência das ações restritas, se houver, será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso) quando da aprovação do respectivo programa.

(h) forma de liquidação

A transferência do número de ações correspondente a cada beneficiário ocorrerá no exercício determinado em contrato, conforme condições estabelecidas em contrato.

Preferencialmente serão utilizadas Ações da Companhia, mantidas em tesouraria, para satisfazer a outorga das Ações Restritas, nos termos do Programa, do Plano, da Lei e regulamentação aplicáveis. Caso a Companhia não tenha ações em tesouraria na respectiva data de entrega das Ações Restritas em montante suficiente, a Companhia poderá decidir, a seu exclusivo critério, forma diversa de liquidação da obrigação de entrega das Ações Restritas, para qualquer das hipóteses previstas neste em Contrato, respeitando, em qualquer caso, os limites estabelecidos no Plano, no Programa.

A Companhia procederá ao desconto e retenção de quaisquer Deduções Legais eventualmente incidentes sobre o Benefício no dia 31 de maio no ano do exercício, incluindo, sem limitação, ao imposto de renda retido na fonte, mediante redução do número de Ações a serem efetivamente entregues ao Beneficiário em quantidade equivalente ao montante dos tributos sujeitos à retenção na fonte incidentes sobre o Benefício, conforme legislação tributária aplicável, dividido pelo valor da Cotação da Ação, calculado com base na data de recolhimento do tributo.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão estabelecer que a alienação de ações restritas estará sujeita a termo ou condição, inclusive vedação à transferência durante determinado período ou direito de preferência da Companhia. No último caso, a Companhia poderá indicar um ou mais terceiros para receberem as ações restritas, Beneficiários ou não do Plano de

Ações Restritas, nas mesmas condições, observadas as condições específicas estabelecidas nos respectivos Programas de Ações Restritas.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Ações Restritas entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá em vigor por tempo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral ou pela dissolução, liquidação ou decretação de falência da Companhia.

Os direitos garantidos aos Beneficiários nos termos dos Contratos de Ações Restritas vigentes na época própria, serão mantidos no caso de extinção do Plano de Ações Restritas, salvo disposição em contrário deste Plano de Ações Restritas ou do Contrato de Ações Restritas.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Ações Restritas poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no parágrafo abaixo.

(a) desligar da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou for desligado da Companhia por vontade desta, por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador ou condenação em ação criminal que impeça o exercício de seu cargo, todos os direitos ainda não exercidos, sejam já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o Contrato, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; ou

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, sem justa causa, ou por aposentadoria: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; ou

(c) desligar-se da Companhia por falecimento ou invalidez permanente, os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato e os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário nas datas prevista em contrato ou

(d) Na hipótese de alienação controle da Companhia durante o decurso do prazo de carência, o Beneficiário terá direito ao recebimento imediato das ações restritas ainda não transferidas.

Não obstante ao disposto nos parágrafos acima, desde que não implique em prejuízos ao Beneficiário, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que

os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas na Cláusula acima, conferindo tratamento diferenciado ao Beneficiário.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – com Opções de Compra de ações

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Programa”), o qual regulamenta e especifica os termos do Plano, no âmbito da outorga de opção de compra de ações de emissão da Companhia;

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano pessoas-chave da Companhia ou de sociedades sob o seu controle.

Como condição para fazer jus ao exercício da Opção de Compra, o Beneficiário deverá (i) cumprir as condições previstas em Contrato, e (ii) permanecer e estar vinculado à Companhia (ou uma Afiliada da Companhia) na qualidade de administrador, empregado ou prestador de serviços de forma ininterrupta durante todo o Período de Carência, observado o disposto nas cláusulas mencionadas em contrato.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018 o Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia (“Plano de Ações Restritas”), e posteriormente aditado em 25 de abril de 2025 (“Plano”), que prevê possibilidade tanto de outorga e concessão de ações restritas quanto de opções de compra de ações de emissão da Companhia a todos os administradores e empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle;

(c) número máximo de ações abrangidas

As outorgas realizadas nos termos do Plano de Ações Restritas e Opções de Compra de Ações poderão conferir, durante todo o seu prazo de vigência um número de ações que não exceda 8.779.322 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme o item mencionado acima.

(e) condições de aquisição de ações

Sujeito aos termos e condições previstos, no Programa e no Plano, a Companhia outorga ao Beneficiário a opção de adquirir uma determinada quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Opção de Compra”).

A outorga da Opção de Compra não confere ao Beneficiário o status de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou prerrogativa inerente a tal condição, particularmente o direito de voto, direito a dividendos ou juros sobre capital próprio e outros direitos políticos ou econômicos.

Somente a partir do efetivo recebimento das Ações da Opção, pelo Beneficiário, nos termos contratuais é que o Beneficiário passará a gozar dos mesmos direitos e obrigações que qualquer outro acionista da Companhia detentor de ações ordinárias de emissão da Companhia.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício de cada Opção de Compra será correspondente ao preço médio ponderado por volume (volume weighted average price - VWAP) das ações de emissão da Companhia, apurado ao longo do primeiro trimestre do ano de cada exercício.

O Preço de Exercício será corrigido monetariamente de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração e deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação declarados pela Companhia a partir da data da outorga.

A Área de Relações com Investidores da Companhia fará o cálculo do Preço de Exercício atualizado das Opções de Compra. O Preço de Exercício será pago à Companhia à vista, em moeda corrente nacional.

A Companhia arcará com eventuais taxas administrativas cobradas pelo agente escriturador para efetivar a transferência de titularidade das Ações da Opção para o Beneficiário, se existentes, sendo que qualquer outro custo e/ou comissão será arcado exclusivamente pelo Beneficiário.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Mediante aprovação do Conselho de Administração, as Opções de Compra poderão ser exercidas observado o cronograma mencionado no disposto abaixo.

Cada data de exercício será automaticamente estendida caso a Companhia esteja impedida de entregar as referidas Ações da Opção em virtude de período de lock-up e/ou blackout aplicáveis ou outras restrições conforme a Lei aplicável, incluindo a Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, a Lei das Sociedades por Ações e regulamentações da CVM e da B3.

A comunicação pelo Beneficiário à Companhia acerca do exercício das Opções de Compra somente poderá ser feita pelo Beneficiário entre o dia 1º e o dia 15 dos referidos meses (i.e., maio, agosto, novembro e fevereiro), por meio de envio de notificação por escrito, nos termos do modelo contido no documento de “Notificação de Exercício”.

Após o recebimento da Notificação de Exercício, a Companhia informará ao Beneficiário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, o valor do Preço de Exercício atualizado. As Partes envidarão os melhores esforços para que, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da apresentação do comprovante de pagamento do valor total devido pelo Beneficiário à Companhia, seja celebrado o Boletim de

Subscrição, bem como quaisquer outros documentos que se façam necessários à formalização da aquisição das Ações pelo Beneficiário.

As Opções de Compra poderão ser exercidas, total ou parcialmente, de acordo com o disposto abaixo:

- (a) A partir do primeiro Dia Útil do mês de maio do determinado ano (“Primeiro Período de Carência”), o Beneficiário poderá exercer Opções de Compra correspondentes a até 1/3 (um terço) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício das opções a ele outorgadas;
- (b) A partir do primeiro Dia Útil do mês de maio do determinado ano (“Segundo Período de Carência”), o Beneficiário poderá exercer Opções de Compra correspondentes a até 1/3 (um terço) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício das opções a ele outorgadas, além das opções que se tornaram exercíveis após o Primeiro Período de Carência e que ainda não tiverem sido exercidas;
- (c) e A partir do primeiro Dia Útil do mês de maio do determinado ano (“Terceiro Período de Carência” e, em conjunto com Primeiro Período de Carência e Segundo Período de Carência, “Período de Carência”), o Beneficiário poderá exercer Opções de Compra correspondentes a até 1/3 (um terço) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício das opções a ele outorgadas, além das opções que se tornaram exercíveis após o Primeiro Período de Carência e Segundo Período de Carência e que ainda não tiverem sido exercidas, observado o Prazo de Vigência.
- (d) O exercício das Opções de Compra deverá ocorrer exclusivamente durante as janelas de exercício, que ocorrerão nos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro após a outorga do plano.

As Opções de Compra vigorarão pelo prazo de até 8 (oito) anos a contar da data de celebração do contrato, no qual a parcela das Opções de Compra eventualmente não exercidas dentro do Prazo de Vigência será considerada automaticamente extinta, independentemente de qualquer notificação e sem direito a indenização.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Contrato, as Opções de Compra extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: mediante o seu exercício integral, ao final do Prazo de Vigência; em caso de descumprimento por parte do Beneficiário de quaisquer dos termos e condições mencionadas do Plano ou do Programa; e na hipótese de dissolução, liquidação ou decretação de falência da Companhia.

(h) forma de liquidação

A partir da transferência das Ações da Opção, o Beneficiário deverá proceder individualmente com os trâmites necessários para a efetiva transferência das Ações da Opção, para o seu domínio, junto ao banco escriturador. Com o envio do formulário de transferência ao banco escriturador, a Companhia terá integralmente cumprido sua obrigação de entrega das Ações da Opção ao Beneficiário, considerando-se, para todos os fins, quitada em relação a tal obrigação, não sendo

responsável por qualquer outra medida ou logística operacional relacionada à referida transferência.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão estabelecer que a alienação das Opções e Compra de Ações estará sujeita a termo ou condição, inclusive vedação à transferência durante determinado período ou direito de preferência da Companhia. No último caso, a Companhia poderá indicar um ou mais terceiros para receberem as Opções de Compra de Ações, Beneficiários ou não do Plano de Ações Restritas e Opções de Compra de Ações, nas mesmas condições.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O descumprimento da obrigação mencionada abaixo acarretará a perda imediata do direito ao exercício das Opções de Compra;

Persuadir ou tentar atrair qualquer Pessoa empregada e/ou de qualquer forma contratada pela Companhia e suas Afiliadas a deixar seu emprego ou terminar seu vínculo contratual com a respectiva Pessoa, por qualquer razão ou fim, devendo, ainda, abster-se de empregar de forma contratual, temporária ou não, assalariada, estatutária ou autônoma, direta ou indiretamente, referidas Pessoas, nem auxiliar Terceiros para que empreguem tais pessoas a qualquer título ou fornecer recursos ou qualquer outro tipo de suporte à atividade ou negócio de Terceiros; e/ou

Solicitar contatos, contatar, prospectar ou de qualquer forma tentar estabelecer qualquer tipo de relacionamento comercial com os clientes, fornecedores e parceiros comerciais da Companhia e suas Afiliadas, visando prestar, direta ou indiretamente, serviços que envolvam o objeto social da Companhia e suas Afiliadas.

(k) efeitos da saída do beneficiário dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em Opções de Compra de Ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário da Opção de Compra por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano, o Programa e em Contrato poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

(a) desligar da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou for desligado da Companhia por vontade desta, por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador ou condenação em ação criminal que impeça o exercício de seu cargo, todos os direitos ainda não exercidos, sejam já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o Contrato, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; ou

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, sem justa causa, ou por aposentadoria: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato, na data do seu desligamento, restarão

automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato na data do seu desligamento terão seu prazo de carência antecipado, podendo o Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o faça no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da do seu desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; ou

(c) desligar-se da Companhia por falecimento ou invalidez permanente, os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato e os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; ou

(d) caso ocorra um Evento de Liquidez da Companhia e o Beneficiário for desligado da Companhia por vontade desta, sem justa causa, em até 18 (dezoito) meses contados da respectiva liquidação financeira, transferência de ações e/ou ativos, todos os direitos ainda não exercíveis de acordo com Contrato na data do seu desligamento terão o respectivo prazo de carência considerado antecipado, podendo o Beneficiário exercer a totalidade das opções de compra de ações, inclusive aquelas cujo prazo de carência ainda não se tenha completado, desde que o faça no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Caso o desligamento ocorra após o referido período de 18 (dezoito) meses, aplicar-se-ão as demais disposições dos itens (a) a (c) acima, conforme o caso.

Desde que não implique em prejuízos ao Beneficiário, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas na Cláusula acima, conferindo tratamento diferenciado ao Beneficiário.

Plano de Incentivo Especial com Ações Restritas - CEO

Com o apoio dos acionistas controladores, em 17 de junho de 2025 o Conselho de Administração da Companhia estruturou um programa de incentivo de longo prazo especial, exclusivo do seu Diretor Presidente (“Programa Especial”), com o objetivo de aprofundar o alinhamento entre a liderança executiva e os interesses de longo prazo da Companhia, seus acionistas e diversos públicos. Como parte central dessa estruturação, o Conselho de Administração reafirma seu apreço, satisfação e confiança no Sr. Sergio Kariya, que já lidera a Companhia com dedicação e consistência há mais de 10 (dez) anos, reconhecendo sua contribuição relevante na condução da estratégia, na formação de um time comprometido, talentoso e consolidado à cultura da Mills.

O Conselho tomou a decisão de renovar a aliança com o Sr. Sergio Kariya de forma concreta, por meio um novo Programa que prevê que o atual Diretor Presidente passe a deter participação relevante no capital da Companhia, sujeito a um período de lock-up de até 10 (dez) anos.

Tal iniciativa reforça o necessário engajamento da liderança na execução da estratégia de longo prazo, na consolidação da cultura organizacional e na geração de valor sustentável, em linha com os princípios da Companhia, e respeita os limites aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

8.5 - Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)

Não houve exercício de opção de compra de ações durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Plano de Opções de Compra de Ações	2023	2024	2025	2026 - Previsão
Órgão				
Número de diretores estatutários			8	7
Número de diretores estatutários remunerados			8	7
Data de outorga			07/2025	07/2026
Quantidade de opções outorgadas			708.238	782.392
Quantidade de opções não exercíveis			708.238	782.392
Quantidade de opções exercíveis			0	0
Prazo máximo para exercício das opções			8 anos	8 anos
Prazo de restrição à transferência das ações			01 ano	01 ano
Quantidade de opções exercidas			0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções			5,00	A definir
em aberto no início do exercício social			0	0
perdidas durante o exercício social			0	0
exercidas durante o exercício social			0	0
expiradas durante o exercício social			0	0
Valor justo das opções na data de outorga			3,03	A definir
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas			0,30%	0,33%

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2026		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	07
Nº de membros remunerados	0	07
Data de outorga	0	07/2026
Quantidade de opções outorgadas	0	782.393
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	01 Ano
Prazo máximo para exercício das opções	0	8 Anos
Prazo de restrição à transferência das ações	0	01 Ano
Valor justo das opções na data de cada outorga	0	A definir
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	0	0

Exercício Social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	08
Nº de membros remunerados	0	08
Data de outorga	0	07/2025
Quantidade de opções outorgadas	0	708.238
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	01 Ano
prazo máximo para exercício das opções	0	8 Anos
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0
Valor justo das opções na data de cada outorga	0	3,03
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	0	2.145.961,14

Exercício Social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	0
Nº de membros remunerados	0	0
Data de outorga	0	0
Quantidade de opções outorgadas	0	0

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	0	0
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0
Valor justo das opções na data de cada outorga	0	0
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	0	0

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	0
Nº de membros remunerados	0	0
Data de outorga	0	0
Quantidade de opções outorgadas	0	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	0	0
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0
Valor justo das opções na data de cada outorga	0	0
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	0	0

8.7 - Opção em aberto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 os membros do Conselho de Administração não detinham opções **em aberto**.

Exercício social 2025 para Diretoria Estatutária

Plano SOP – 2025

Exercício social encerrado em 31/12/2025	
Nº total de membros	0
Nº de membros remunerados	0
Em relação às opções ainda não exercíveis	0
Quantidade	0
Data em que se tornarão exercíveis	0
Prazo máximo para exercício das opções	0
Prazo de restrição à transferência das ações	0
Preço médio ponderado de exercício	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0
Em relação às opções exercíveis	0
Quantidade	0
Prazo máximo para exercício das opções	0
Prazo de restrição à transferência das ações	0
Preço médio ponderado de exercício	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2025

Diretoria Estatutária

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2025	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0
Nº de membros remunerados	0
Número de ações	0
Preço médio ponderado de exercício	0
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2024	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0
Nº de membros remunerados	0
Número de ações	0
Preço médio ponderado de exercício	0
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2023	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0
Nº de membros remunerados	0
Número de ações	0
Preço médio ponderado de exercício	0
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2026		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	7
Nº de membros remunerados	0	7
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0,11%

Exercício social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	8,92
Nº de membros remunerados	0	8,92
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0

Exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	8,33
Nº de membros remunerados	0	8,33
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0

Exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	7
Nº de membros remunerados	0	7
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0

8.10 - Outorga de ações

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2026		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	8,00
Nº de membros remunerados	0	8,00
Data de outorga	0	07/2026
Quantidade de ações outorgadas	0	856.827
Prazo máximo para entrega das ações	0	05/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	0	3 Anos
Valor justo das ações na data da outorga	0	A definir
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	0	0

Exercício social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	8,92
Nº de membros remunerados	0	8,92
Data de outorga	0	07/2025
Quantidade de ações outorgadas	0	1.033.607
Prazo máximo para entrega das ações	0	05/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	0	03 anos
Valor justo das ações na data da outorga	0	10,96
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	0	11.328.332,72

Exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	8,33
Nº de membros remunerados	0	8,33
Data de outorga	0	07/2024
Quantidade de ações outorgadas	0	487.005

Prazo máximo para entrega das ações	0	06/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	0	03 anos
Valor justo das ações na data da outorga	0	9.54
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	0	4.646.027

Exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	7
Nº de membros remunerados	0	7
Data de outorga	0	08/2023
Quantidade de ações outorgadas	0	506.915
Prazo máximo para entrega das ações	0	06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	0	03 anos
Valor justo das ações na data da outorga	0	12,65
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	0	6.412,475

8.11 - Ações entregues

Exercício Social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	08
Nº de membros remunerados	0	08
Nº ações	0	913.526
Preço médio ponderado de aquisição	0	6,17
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	10,06
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	3.553.616,14

Exercício Social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	7
Nº de membros remunerados	0	7
Nº ações	0	473.227
Preço médio ponderado de aquisição	0	12,99
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	13,81
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	R\$ 388.046,14

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	7
Nº de membros remunerados	0	7
Nº ações	0	506.915
Preço médio ponderado de aquisição	0	10.39
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	13,01
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio	0	R\$ 1.328,117

ponderado de aquisição e o preço médio
ponderado de mercado das ações adquiridas

8.12 - Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

Os programas concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio, onde o valor justo médio ponderado das opções concedidas é determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, utilizando como premissas: (a) preço médio ponderado da ação, (b) preço de exercício, (c) volatilidade esperada, mensurada pelo histórico de volatilidade das cotações da ação da Companhia (d) rendimento de dividendos, (e) vida esperada da opção e taxa de juros anual sem risco. A parcela de patrimônio é precificada apenas no momento da outorga e não sofre mensurações de valor justo a cada data de balanço. As parcelas de patrimônio e de dívida são apropriadas plano a plano, considerando seus respectivos períodos de "lock up" (período em que ações ficam bloqueadas para negociação), com base na melhor estimativa da administração quanto à data final dos mesmos.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A tabela abaixo indica as premissas do modelo de precificação da Companhia em vigência:

Programa 2023	08/2023
Cálculo do valor justo na data da outorga	Agosto/23
Preço de exercício	A definir
Preço médio ponderado das ações	R\$ 13,01
Volatilidade esperada	50,64%
Prazo de vida da opção (dias)	974
Dividendos esperados	1,03%
Taxa de juros livre de risco	3,70%
Valor justo por ação	R\$ 12,65

Programa 2024	07/2024
Cálculo do valor justo na data da outorga	Julho/24
Preço de exercício	A definir
Preço médio ponderado das ações	R\$ 10,24
Volatilidade esperada	35,69%

Prazo de vida da opção (dias)	1032
Dividendos esperados	2,51%
Taxa de juros livre de risco	11,68%
Valor justo por ação	R\$ 9,54

Programa 2025 - RSU	07/2025
Cálculo do valor justo na data da outorga	Julho/25
Preço de exercício	A Definir
Preço médio ponderado das ações	R\$ 11,28
Volatilidade esperada	27,64%
Prazo de vida da opção (dias)	290
Dividendos esperados	3,48%
Taxa de juros livre de risco	14,90%
Valor justo por ação	R\$ 10,96

Programa 2025 - SOP	07/2025
Cálculo do valor justo na data da outorga	Julho/25
Preço de exercício	9,38
Preço médio ponderado das ações	R\$ 11,28
Volatilidade esperada	27,64%
Prazo de vida da opção (dias)	290
Dividendos esperados	3,48%
Taxa de juros livre de risco	14,90%
Valor justo por ação	R\$ 3,03

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não ocorreu exercício antecipado.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada é determinada pela volatilidade do preço da ação entre 15 de abril de 2010, data de início da oferta pública de ações da Companhia, e a data de referência para o cálculo do valor justo, para os planos até 2014, e, a partir de 2016, pela volatilidade dos últimos doze meses anteriores à data de referência para cálculo do valor justo.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foram considerados outros elementos além daqueles descritos no item 8.12.(a).

8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela a seguir indica o número de ações de emissão da Companhia detidas, diretamente, pelos administradores e membros do conselho fiscal da Companhia e o percentual que suas participações representam em relação à quantidade total de ações emitidas pela Companhia na data de encerramento do último exercício social, 31 de dezembro de 2025.

Órgão	Número de Ações	Percentual (%)
Conselho de Administração	145.401,00	0,06%
Diretoria Estatutária	1.750.396,00	0,75%
Conselho Fiscal*	0,00	0,00%

8.14 - Planos de previdência

A Companhia não patrocina ou custeia planos de previdência para seus administradores e membros do Conselho Fiscal.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

A tabela abaixo contempla as informações referentes à remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, considerando os três últimos exercícios sociais.

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº total de membros	8,92	8,33	7,00	8,00	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,92	8,33	7,00	8,00	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	16.883.142,19	8.808.171,48	9.387.906,00	1.020.000,00	987.000,00	888.000,00	115.920,00	115.920,00	110.121,28
Valor da menor remuneração (Reais)	2.346.445,55	2.503.640,82	1.889.200,00	399.999,96	379.999,98	320.000,00	115.920,00	115.920,00	110.121,28
Valor médio da remuneração (Reais)	4.345.555,11	3.577.026,01	3.214.466,00	546.666,64	531.749,99	462.000,00	115.920,00	115.920,00	110.121,28

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	<p>O número de membros da Diretoria foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual--CVM/SEP.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. • O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. • A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.
31/12/2024	<p>O número de membros da Diretoria foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual--CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.</p>
31/12/2023	<p>O número de membros da Diretoria foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual--CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.</p>
Conselho de Administração	
31/12/2025	
31/12/2024	<p>O número de membros da Diretoria foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual--CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.</p>
31/12/2023	<p>O número de membros da Diretoria foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual--CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.</p>

Conselho Fiscal

31/12/2025 N/A

31/12/2024 N/A

31/12/2023 N/A

8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável. A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Previsão para exercício social corrente a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026	13,82%	85,39%	0,79%
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	12,94%	86,27%	0,80%
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	15,18%	83,84%	0,98%
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023	15,17%	83,73%	1,08%

8.18 - Remuneração - Outras funções

Não aplicável. Não houve, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Inexistem administradores na Companhia que possuam remuneração por meio de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

8.20 - Outras informações relevantes

O número de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia previstos neste item 8 foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular/CVM/SEP/Anual/, conforme detalhado nas planilhas abaixo em cada exercício social:

Exercício social de 2026 (PREVISTO)	Número de membros do		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	8	8	3
Fevereiro	8	8	3
Março	8	8	3
Abril	8	8	3
Maio	8	8	3
Junho	8	8	3
Julho	8	8	3
Agosto	8	8	3
Setembro	8	8	3
Outubro	8	8	3
Novembro	8	8	3
Dezembro	8	8	3
Total	96	96	36
Nº de Membros (“Total” dividido pelo número de meses)	8,00	8,00	3,00

Exercício social de 2025	Número de membros do		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	8	9	3
Fevereiro	8	9	3
Março	8	9	3
Abril	8	9	3
Maio	8	9	3
Junho	8	9	3
Julho	8	9	3
Agosto	8	9	3
Setembro	8	9	3
Outubro	8	9	3
Novembro	8	9	3
Dezembro	8	8	3
Total	96	107	36
Nº de Membros (“Total” dividido pelo número de meses)	8,00	8,92	3,00

Exercício social de 2024	Número de membros do		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	8	7	3
Fevereiro	8	7	3
Março	8	7	3
Abril	8	8	3
Maio	8	9	3
Junho	8	9	3
Julho	8	9	3
Agosto	8	9	3
Setembro	8	9	3
Outubro	8	9	3
Novembro	8	9	3
Dezembro	8	9	3
Total	96	101	36
Nº de Membros ("Total" dividido pelo número de meses)	8,00	8,41	3,00

A remuneração dos administradores da Companhia dos anos de 2026, 2025 e 2024 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração nas datas 17/03/2026, 25/03/2025 e 26/03/2024, respectivamente, e pelos acionistas nas Assembleias Gerais Ordinárias dos respectivos anos.